

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XIV, número 41, Setembro-Dezembro/2001

ISSN - 0103-5576



Migração Laboral

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa:

Fotos: Pe. Dino / Pe. Garcia / Adélia de M. B./ Cutti

Arte: 2M Criação Editorial

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(11)3609.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227 - Fax: (11)3208.2284

E-Mail: cemsp@cemsp.com.br

Home Page: www.cemsp.com.br

www.scalabrini.org

ÍNDICE

MIGRAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DESCONSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO LABORAL DE TRABALHADORES RURAIS

José Gilberto de Souza

Wirley Jerson Jorge

José Jorge Gebara.....05

RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES MIGRANTES NA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marilda Aparecida de Menezes.....12

DISTANTE DO ÉDEN

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MIGRANTES NA REGIÃO DO SÃO FRANCISCO

Adélia de Melo Branco

Semira Adler Vainsencher.....17

COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO ENTRE EMIGRANTES BRASILEIRAS

Soraya Fleischer.....24

MULHERES IMIGRANTES NO JAPÃO

Lúcia E. Yamamoto.....29

IMIGRAÇÃO NO CANADÁ

SELEÇÃO E CONTROLE DE ENTRADAS

Soraia Maria do S. C. Vidal.....34

* * * * *

Nossa Biblioteca.....38

MIGRAÇÃO NUM MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO



expressão “migração laboral” costuma ser utilizada, mormente em outros países, para designar migrações condicionadas única ou preferencialmente pela busca ou exercício do trabalho. Uma espécie de “verbete” ou palavra-chave utilizada para classificar ou criar tipologias e, assim, distinguir determinadas formas de migração de outras, no universo dos deslocamentos humanos. No entanto, tal expressão suscita questionamentos, justamente porque na sociedade moderna e na economia de mercado, a realidade do trabalho não seria simplesmente uma forma de catalogação ao lado de outras, sem mais. Na medida em que o trabalho seria constitutivo do fato mesmo da migração numa sociedade capitalista, não se poderia falar de migração sem referir-se à mobilidade no mundo do trabalho. Na verdade, a migração seria uma realidade própria e específica da sociedade capitalista, porque ela seria um dos fatores principais na produção da força-de-trabalho, enquanto uma mercadoria ímpar na formação do capitalismo, ou seja, aquela que propriamente realiza a criação de valor, motor do processo de acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, entende-se porque vários fenômenos de deslocamentos humanos não poderiam ser encarados como migração, por não serem produzidos pela dinâmica própria do capitalismo no atual estágio de desenvolvimento, tais como a transumância, o nomadismo ou mesmo o tráfico negreiro. No entanto, no momento em que o capitalismo passa por grandes transformações, e o mundo do trabalho se reestrutura sob novas formas, outros fenômenos de “migração” surgem desafiando a concepção que alia tão estreitamente migração, mobilidade e trabalho. Trata-se do deslocamento de trecheiros, refugiados, idosos buscando tratamento de saúde, etc.

É numa época em que o mundo do trabalho passa por enormes transformações, no seio do capitalismo mundializado, que a *Travessia* propõe o tema da migração laboral. No terreno da migração interna traz a colaboração de José Gilberto, Wirley Jorge e José Gebara, sobre a reconstituição dos trabalhadores rurais nos assentamentos de Reforma Agrária; de Marilda Menezes, sobre o recrutamento de trabalhadores rurais temporários migrantes no corte da cana em Pernambuco; de Adélia Branco e Samira Vainsencher, sobre mulheres migrantes do sequeiro nordestino trabalhando na fruticultura irrigada do Médio São Francisco. No terreno das migrações internacionais tem as colaborações de Soraya Fleischer, sobre emigrantes brasileiras trabalhando no ramo da faxina (houseclean business) em Boston, nos Estados Unidos; de Lúcia Yamamoto, sobre a migração feminina internacional para o Japão e sua inserção laboral; de Soraia Vidal, sobre migração para o Canadá e as políticas de controle do governo canadense.

Apesar de se falar tanto em globalização para caracterizar o mundo contemporâneo, ainda vivemos numa sociedade capitalista. O trabalho, assim, com todas as transformações pelas quais vem passando, ainda é um fator essencial na formação dessa sociedade, produzindo e condicionando os deslocamentos de população, bem como o cotidiano de todos os migrantes envolvidos nesse processo. O trabalho ainda é a principal, se não única, forma de inserção nessa sociedade - diga-se, de forma cada vez mais degradada. Migração e trabalho permanecem possuindo uma imbricação fundamental, cujo significado vai além da constatação mais superficial do fato da migração. Estudar os meandros desta realidade cambiante da mobilidade humana na hora atual do desenvolvimento do capitalismo em sua relação com o mundo do trabalho, em toda a sua complexidade e conseqüências, é uma tarefa de primeira ordem que ainda precisa ser empreendida.

Sidnei Marco Dornelas

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

PROMOÇÃO

Na assinatura por um ano você tem direito a dois exemplares de sua escolha* entre os números já publicados; por dois anos, a três exemplares e, por três anos, a quatro exemplares.

* Exceto os números 8, 10 e 12.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

- a) Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos
b) Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante do depósito.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
Quantidade.....R\$ 4,00
- Coleção Completa.....R\$ 100,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (11)3208.6227 Fax: (11)3208.2284
E-Mail: cemsp@cemsp.com.br - www.cemsp.com.br
<http://www.scalabrini.org>

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças
- 39 - Assentamentos
- 40 - Redes
- 41 - Migração Laboral

MIGRAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DESCONSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

LABORAL DE TRABALHADORES RURAIS

*José Gilberto de Souza**

*Wirley Jerson Jorge**

*José Jorge Gebara**

A luta pela terra no Brasil revela uma situação de busca de fixação no território que se consolida como negação da impositiva desterritorialização da força de trabalho rural/urbana promovida pelos processos excludentes de modernização da agricultura e crescimento urbano/industrial ocorridos nos últimos anos.

A negação se estabelece como sentido de cercar um processo que obriga mulheres e homens a conduzirem-se sobre territórios sem a possibilidade de construírem algo mais do que as representações espacializadas do desenvolvimento capitalista: expressas nas monoculturas que tombam pelos esforços de seus braços no corte da cana, ou pelos plantios e colheitas da laranja, do amendoim e do algodão, e também expressas na construção civil como “reduo urbano” da força de trabalho que migra.

A fixação destes homens e mulheres é a construção da representação de lugar, que se estabelece com a efetiva apropriação do território - o que não necessariamente implica em uma dimensão de propriedade privada - como espaço de vida nova, conduzida por novas práticas sócio-espaciais.

Esta travessia, esta transformação do território em lugar, rompendo com a dimensão do estranhamento, é representada pelos assentamentos rurais, que acabam por reunir oportunidades de práticas espaciais autônomas e cidadãs.

Este artigo apresenta resultados da pes-

quisa “Avaliação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA - 1995-1996”¹ (Jorge, W. J. et al. 1999), realizada em dez estados da federação onde foram entrevistados 888 assentados, no período de maio de 1996 a fevereiro de 1997, que obtiveram aprovação de projetos técnicos junto ao PROCERA, no ano de 1993. O interregno de tempo (1993 – 1996/97) está relacionado ao período médio de maturação dos projetos e início das suas amortizações após 2 anos de carência. Este texto apresenta reflexões mais incisivas acerca da importância da migração e do acesso a terra na constituição e desconstituição laboral de trabalhadores rurais.

Os dados da pesquisa revelam, na análise dos perfis dos assentados, a trajetória de vida como migrante e assentado rural, constituindo práticas laborais, diferenciadas, no processo de luta pela vida e formação cidadã.

Destaca-se que tais perfis são determinantes na trajetória de desenvolvimento do assentamento e da unidade de produção, uma vez que experiências laborais refletem a capacidade de produção e sobrevivência do assentado. A análise aponta para as estratégias de formação da força de trabalho pelo embate empírico da luta pela sobrevivência, constituindo novos fazeres como elementos de resistência. Via de regra, afirma-se que produtores com origem mais direta do campo tendem a ter melhores desempenhos

produtivos, em relação aos que sofreram processos de desruralização. No entanto, quando esta migração rural-urbana esteve acompanhada de vivências diferenciadas da trajetória inicial, muito decorrentes de experiências de sindicalização, escolarização formal e não formal e ou organização social e religiosa, entre outras instâncias de formação, o desempenho produtivo também se revela extremamente significativo.

O PERFIL DO ASSENTADO RURAL

Muitas vezes os fatores determinantes no perfil dos assentados rurais e na diferenciação social existente são relativos ao conhecimento integral de processos produtivos, em que o fator migratório, normalmente, fragmenta e os distancia das práticas culturais agrícolas, o que deve, ainda, ser associado às oportunidades de processarem informações e obterem habilidades no processo de produção.

Por outro lado, a constituição de novos fazeres representa um mecanismo de sustentabilidade econômica e forma de manutenção da estrutura familiar na unidade de produção, que deve ser relacionada à faixa etária, sexo, estado civil, composição familiar e à história ocupacional dos assentados, marcada pela migração, determinante na busca de fixação e êxito no campo, na constituição de um “seu lugar”.

Faixa etária

Os assentados titulares formam uma população com predomínio de idade no intervalo de 41 a 60 anos (57,72%). Os jovens (até 30 anos) são poucos: apenas 2,70% e têm percentual inferior aos idosos (idade superior a 60 anos), que participam com 15,44%. (Tabela 1).

O direcionamento de políticas de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária deve levar em consideração o perfil de maturidade da população, uma vez estar relacionada às possibilidades de inovação no processo de produção e organização social. Há maior resistência às mudanças em populações maduras e velhas, do que em jovens. E os dados da pesquisa mostram o envelhecimento do público assentado, articulando-se à pesquisa do Censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA/UnB (Todorov, 1997), ao demonstrar que grande parte dos agricultores que demandam por terra encontra-se em um patamar etário superior a 35 anos o que vincula parte de sua vida ao setor rural.

O fato de termos passado por pouco mais de 40 anos do intenso processo de urbanização brasileira, promovido a partir de meados dos anos 1960, quando comparado ao perfil etário da população assentada que concentra, nas faixas superiores aos 41 anos, 73,16% da população entrevistada, serve de evidência que a grande maioria dos trabalhadores não é originariamente urbana, tem identidade rural e que retornou ao campo objetivando ocupar nele uma nova condição que não seja exclusivamente a de trabalhador assalariado rural.

Idade da população

As informações sobre as faixas etárias da população total da amostra nas áreas pesquisadas estão na Tabela 2. O perfil dos assentados titulares (Tabela 1), com idade superior a 40 anos reúne 73,16%, no entanto esta população, no conjunto do assentamento, atinge 29,58% (Tabela 2).

Apesar dos titulares dos lotes apresentarem reduzida participação nos estratos etários classificados como população jovem (2,70%), ao analisar a idade do con-

Tabela 1 - Titular - Faixa etária

Classe de Idade (anos)	Total	% sobre o Total
Até 30	24	2,70
De 31 a 40	214	24,14
De 41 a 50	278	31,22
De 51 a 60	235	26,50
De 61 a 70	105	11,81
> 70	32	3,63
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 2 - População - Faixa etária

Faixa Etária (anos)	% Sobre o Total
0-9	5,59
10-19	30,93
20-29	19,05
30-39	14,85
40-49	13,37
50-59	10,44
60-69	3,95
70-79	1,51
> 80	0,31
Total	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 3 - Titular - Sexo

Sexo	Total de Entrevistados	% Total
Maculino	834	93,92
Feminino	54	6,08
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 4 - Titular - Estado Civil

Estado Civil	Total de Entrevistados	% Total
Casado	719	81,01
Desquitado	97	10,89
Solteiro	43	4,81
Viúvo	29	3,29
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

junto de pessoas assentadas verifica-se a participação significativa desta faixa etária, com aproximadamente 50% da população entre 10 e 29 anos. Um fator a ser considerado, tendo em vista a capacidade de força de trabalho existente, é a necessidade de gerar políticas públicas de capacitação e absorção desta mão-de-obra nos próprios assentamentos. Tais políticas devem apontar para processos de agroindustrialização da produção na agricultura (verticalização do processo) para as quais esta população tem apresentado interesse em desenvolvimento. A mudança de estratégia laboral é fundamental nos assentamentos, representando uma perspectiva de permanência e manutenção da unidade de produção.

Sexo

Nos chefes de família há o predomínio absoluto do sexo masculino, com 93,92% do total, como detalhado na Tabela 3.

No entanto, em São Paulo e Bahia, estados com o maior número de mulheres responsáveis pelo crédito e organização da produção, verifica-se a inexistência de diferenças de desempenho produtivo e econômico em suas unidades. Este quadro não é diferente no interior de alguns estados nordestinos, em que ocorre a migração do chefe de família (quando do sexo masculino - em maior número) para atuar nas culturas da cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro e no norte do estado de São Paulo, ou mesmo nas áreas urbanas das capitais nordestinas, fazendo com que as mulheres assumam todas as responsabilidades de condução da atividade agrícola na unidade de produção, demandando pela inclusão de processos de produção que levem em conta a mão-de-obra feminina, particularmente, no incremento de processamentos agroindustriais e artesanais.

Estado civil

Os casados participam com 81,01% do total, sendo o restante composto por desquitados (10,89%), solteiros (4,81%) e viúvos (3,29%) (Tabela 4). Estes dados refletem a base da categoria social de agricul-

Tabela 5 - Composição familiar - número de pessoas/família

Nº de Pessoas	Nº de Famílias	% sobre Total
1	25	2,87
2	46	5,15
3	86	9,70
4	154	17,47
5	162	18,24
6	142	16,03
7	98	11,05
8	55	6,16
9	46	5,15
10	28	3,12
11	20	2,28
12 a 24	26	2,78
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

tores familiares e permitem inferir sobre significativa presença do núcleo familiar, que constitui o núcleo laboral das unidades de produção, repercutindo sobre as demandas por equipamentos sociais públicos.

Composição familiar

A pesquisa identificou lotes ocupados no mínimo por uma e no máximo por 24 pessoas, sendo que os núcleos familiares formados por 3 a 7 membros perfazem 72,49% da população pesquisada, com uma densidade média de 5,69 pessoas por unidade de produção.

A Tabela 5 apresenta a distribuição

percentual de famílias de acordo com o número de componentes.

No que se refere às composições médias familiares, os maiores valores estão nos estados de Amazonas (6,24 pessoas/família), Ceará e Sergipe com 6,11. Esses indicadores e juntamente com os do Paraná (5,92), Mato Grosso do Sul (5,73) e Bahia (5,72) estão acima da média geral (5,69) e o menor índice encontrado foi no Rio Grande do Sul com média de 4,76 pessoas/família. (Tabela 6).

A composição da taxa de dependência da família (número de membros que não trabalham em relação aos que trabalham) acaba sendo um fator importante quando

Tabela 6 - Composição média familiar por estado

Estado	Nº de Pessoas/Família
Amazonas	6,24
Bahia	5,72
Ceará	6,11
Mato Grosso do Sul	5,73
Paraná	5,92
Rio Grande do Sul	4,76
Rondônia	5,27
Santa Catarina	5,37
São Paulo	5,28
Sergipe	6,11
Brasil	5,67

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

se analisa a agricultura familiar, em que a unidade de produção tem como base econômica e vantagem comparativa a força de trabalho, mas, implica em dizer, também, que famílias com significativo percentual de pessoas em faixas etárias muito reduzidas (menores de 14 anos) encontram dificuldades na sua manutenção, dada a redução de braços disponíveis para o trabalho.

Nestes casos, o excedente agrícola é reduzido, sobretudo, quando os indicadores de adoção de tecnologias² e, por sua vez, de produtividade são baixos, fragilizando o processo de evolução econômica da unidade no que diz respeito à produção e à renda, que passam a depender de mecanismos externos à unidade de produção. Esta taxa de dependência também é fator significativo, *vis a vis* às flutuações do mercado e enfrentamento de oligopólios presentes no setor, que subordinam os produtores rurais nos processos de comercialização, principalmente nos períodos de redução da produção e por sua vez da renda agrícola. Um processo que acaba por exigir o desempenho de atividades externas, permanentes ou temporárias, na complementação de renda das unidades familiares. Atividades externas que se constituem em habilidades profissionais novas ou na retomada de atividades adquiridas ao longo da trajetória de migração rural-rural/urbana.

No caso dos assentamentos rurais o tamanho da família e a taxa de dependência determinam a capacidade de acumulação da unidade de produção.

A taxa de dependência média encontrada nos assentamentos foi de 1,7 pessoa por unidade de produção, incluindo crianças de até 14 anos de idade, idosos acima de 65 anos e pessoas com invalidez. A taxa apresentou-se extremamente baixa, tendo em vista o número médio de moradores por unidade familiar (5,69), reforçando a necessidade de apoio à estrutura familiar dado o alto índice de pessoas capacitadas ao trabalho e em período de efetiva produtividade. Tal indicador oferece evidências da demanda por políticas de integração produtiva desta população, direcionadas principalmente aos jovens com mais de 15 anos de idade, ampliando as rendas destas famílias e reforçando a necessidade de

programas, como o Bolsa Escola, para coibir a incorporação de faixas etárias menores (infantis) ao trabalho. Tais políticas devem ser priorizadas principalmente nos estados do nordeste em que os índices resultam entre os mais elevados, uma vez que a taxa média de dependência nesta região atinge o patamar de 2,4 pessoas/família.

Educação formal e não formal

Entre os titulares responsáveis pela condução dos processos produtivos, 25,3% eram analfabetos e o perfil de escolarização indica que 34,7% frequentaram o ensino fundamental incompleto, 23,2% o ensino fundamental completo e apenas 16,8% atingiram o ensino médio, sendo que apenas 2,7% concluíram e 95% destes se concentram nos estados sulistas.

Dentre os cursos não formais, predominam os de técnicas agrícolas com 73,36% (Tabela 7). Acrescidos os cursos que versaram sobre cooperativismo, associativismo, dirigente sindical, administração da empresa agrícola, apoio e reciclagem, comercialização e políticas agrícolas, que não deixam de estar vinculados à melhoria do empreendimento pro-

ductivo, o percentual se eleva para 90,39%, indicando que os assentados estão preocupados na apreensão de novos conhecimentos técnicos, mas ainda distantes da incorporação de processos produtivos não agrícolas.

Há, portanto, receptividade para cursos de atualização produtiva que porventura possam vir a ser oferecidos. Os dados também revelaram a ausência de equipamentos sociais públicos como escolas e centros comunitários, que são necessários à elaboração destas atividades formativas e principalmente frente à demanda por ensino fundamental e médio em decorrência do grande número de crianças e jovens nos assentamentos.

A análise dos cursos não formais indica que aqueles relacionados ao gerenciamento da produção e comercialização concentram-se nos estados do Sul e os cursos técnicos de produção, no restante do país, revelando a diferenciação social dos agricultores, pois os assentados da região Sul apresentam uma trajetória histórica da colonização e formação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, da qual a maior parte é oriunda.

A participação em cursos permite infe-

Tabela 7 - Cursos assistidos pelos assentados

Cursos Assistidos	% Sobre o Total
Técnicos agrícolas	73,36
Apoio e reciclagem	4,98
Cooperativismo	3,36
Alimentação, primeiros socorros e saúde	3,13
Associativismo	2,90
Dirigente sindical	2,78
Administração da empresa rural	2,20
Alfabetização e técnicas de escritório	1,62
Formação política	1,27
Comercialização e política agrícola	0,81
Outros não especificados	1,27
Curso de alfabetização	0,23
Ensino Fundamental menor (até 4º ano)	0,70
Ensino Fundamental maior (até 8º ano)	0,35
Ensino Médio	1,04
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

rir sobre a mudança do padrão laboral dos assentados através da reformulação de seu perfil técnico-produtivo nos casos em que o processo de desruralização foi mais acentuado. A participação é mais incisiva naqueles direcionados ao processo produtivo, muito característico do estado de São Paulo marcado pela concentração de trabalhadores rurais volantes que intercalaram sua trajetória ocupacional com atividades urbanas, ou de estados com perfil tecnológico extremamente baixo, particularmente os estados do nordeste, norte e centro-oeste, em que o índice de escolaridade é também reduzido.

Os assentados da região Sul apresentaram a realização de cursos de capacitação profissional direcionados ao

gerenciamento da produção e da comercialização, revelando um perfil técnico-produtivo mais consolidado, concentrando preocupações em aspectos relacionados ao processamento e ao mercado.

Em análise comparativa, Gracioli et al. (1998) verificaram que o nível tecnológico da produção agropecuária no estado do Rio Grande do Sul é superior ao de São Paulo, podendo ser associado os seguintes indicadores como elementos explicativos: os índices de alfabetização são 88% e 65%, respectivamente, sendo que no estado sulista 47% atingiram o ensino médio e em São Paulo apenas 13% dos assentados o fizeram; a formação técnico-produtiva atinge patamares de 88% no Rio Grande do Sul e 65% em São Paulo e,

quanto à origem, 89,5% dos assentados no primeiro estado são de origem exclusivamente rural e, no segundo, apenas 72% e dentre os últimos parcela significativa como assalariado rural e não efetivamente como agricultor. É neste sentido, que reafirmamos o perfil de capacitação e demanda por formação laboral como representativo da trajetória de vida, de suas experiências migratórias e de produção.

MIGRAÇÃO E MUDANÇA LABORAL

Origem dos assentados

Os assentados compõem um conjunto importante de migrantes. Na análise, foram identificados beneficiários do programa de reforma agrária oriundos de 21 estados, excetuando apenas Piauí, Tocantins, Acre, Roraima e Amapá, permitindo uma clareza sobre a territorialização da questão agrária no país.

A Tabela 8 mostra que o estado da Bahia representa o local de origem de 17,05% dos assentados. Os estados da região Sul, com maior número de pessoas de origem rural, reúnem 36,21% do total de assentados, reafirmando as teses de esgotamento das unidades familiares na reprodução de sua prole e determinando a demanda por uma política consistente de Reforma Agrária, no estado de origem ou para onde migra este contingente.

Tabela 8 - Estado de origem do entrevistado

Unidade da Federação	Total de Entrevistados	%
Bahia	151	17,05
Rio Grande do Sul	139	15,70
Paraná	134	15,11
Ceará	108	12,24
Santa Catarina	73	8,27
São Paulo	72	8,10
Sergipe	63	7,17
Minas Gerais	58	6,58
Outros estados	88	9,61
Não Responderam	02	0,17
Total	888	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Tabela 9 - Migrações internas, segundo estado de origem

Unidade da Federação	Nº de Migrantes	% sobre Total
Minas Gerais	58	17,22
Rio Grande do Sul	53	15,73
Paraná	53	15,73
São Paulo	32	9,49
Bahia	28	8,32
Santa Catarina	23	6,83
Pernambuco	22	6,52
Alagoas	19	5,63
Outros estados	47	13,94
Não Responderam	02	0,45
Total	337	100,00

Fonte: Pesquisa PROCERA, 1997

Migração interestadual

Para se chegar ao perfil da migração interestadual construiu-se a Tabela 9. Verifica-se que o estado de Minas Gerais apresenta 17,22% de população migrante, seguido de perto por Rio Grande do Sul e Paraná, com 15,73% cada, identificando a importância da migração na caracterização deste sujeito social, no que tange a sua busca por trabalho e terra.

As tabelas 8 e 9, quando comparadas, indicam que o número de migrantes interestaduais atinge aproximadamente 40% do total de entrevistados e, este significativo número nos assentamentos revela a busca de fixação territorial por todo o país. Este grupo de migrantes reúne ainda nú-

cleos familiares com as maiores médias de número de pessoas na composição familiar (6,2 pessoas/família) e com o maior perfil de faixa etária (87%) entre 40 e 50 anos.

A faixa etária, quando associada ao perfil de ocupações e habilidades desenvolvidas, permite inferir sobre o processo de desconstituição laboral na agricultura, para aqueles assentados de origem rural que obtiveram a constituição de novos fazeres pelos longos períodos de permanência no urbano, bem como a sua reconstituição laboral agrícola, diante da territorialização nos assentamentos rurais.

História Ocupacional

A análise da história ocupacional dos assentados objetivou identificar a atividade predominante exercida pelos trabalhadores nos últimos cinco anos anteriores ao acampamento ou assentamento, destacando que os períodos de acampamento representam uma fase de intensa migração.

Verificou-se que do total de entrevistados, 97,81% assinalaram históricos ocupacionais ligados às atividades agrícolas, nas mais diversas formas, como: agricultor, vaqueiro, gerente de fazenda, tratorista, carvoeiro e seringueiro.

Outras categorias, apesar de pouco significativas, foram mencionadas. Dentre elas destacam-se: construção civil, comércio, indústria, funcionalismo público, emprego doméstico e garimpo.

O elevado percentual representado pelo histórico na agricultura mostra a ligação do assentado com a terra, reforçando nossas considerações acerca da origem rural dos titulares assentados. A grande maioria possui vínculo com a produção agrícola e ressalta-se que na condição de assalariado rural, foram identificados apenas 13% do total, como bóia-fria, concentrados em grande parte em São Paulo, estado que também registra o maior percentual de história ocupacional urbana com 25,40%.

Outras habilidades

O conjunto de informações levantadas permite considerar a origem do assentado e suas estratégias de sobrevivência. Neste item, foram encontradas atividades especializadas, identificadas com o setor

urbano, algumas adquiridas após o assentamento, tendo como justificativa o término de vida "errante"³ e de sua nova condição de assentado e trabalhador rural. Ressalta-se que o termo proprietário não figura entre os trabalhadores como denominação de sua nova condição social de vida.

A "negação" do conceito de proprietário reafirma a análise de Martins (1982) que define, na leitura destes trabalhadores, uma relação com a terra mediada pelo trabalho (terra de trabalho) e não pela condição jurídica de propriedade (terra de negócio) que se apresenta.

Souza & Maracci (1998) afirmam, contudo, que na luta pela terra, analisando a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), "a experiência de seus integrantes na migração coletiva dos acampamentos não os levou necessariamente a uma visão já instituída na sociedade brasileira de *direito a um pedaço de terra*, no sentido de propriedade burguesa. Pelo contrário, levou a uma visão até então não inserida nos agentes formadores de opinião (inclusive setores de esquerda) de *direito de acesso a terra*, mas com um nítido sentido de valor de uso (posse). No entanto, destaca-se que sua inserção pragmática, característica dos movimentos sociais, não aponta para o âmbito de renúncia ao conceito de propriedade, pois desejam ser proprietários, mas tal ação nova é questionar o *direito de propriedade*, negando que estivesse em uma dimensão superior ao *direito de acesso a terra*".

Esta nova condição de vida permitiu a incorporação de novas habilidades ("profissionalizações") que aliadas àquelas que já faziam parte das estratégias de sobrevivência decorrentes das interrupções dos trabalhos na agricultura (sazonalidade da atividade), ou ainda de sua saída do campo, em sua experiência laboral urbana (pedreiro, encanador, empregada doméstica, eletricista, entre outras) fazem parte de um novo conjunto de mecanismos de sobrevivência que, muitas vezes, é retomado no assentamento e que contribui na composição da renda familiar.

A pesquisa apontou, ainda, que estas rendas representam 17% da renda bruta total, um indicador da importância das atividades laborais externas aos assentamentos na manutenção destas famílias no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os processos de migração e fixação por meio de implantação dos assentamentos promovem duas direções na formação laboral da população rural. A desconstituição laboral rural agrícola, uma vez que o processo de migração conduz estes trabalhadores na direção de experiências não agrícolas que consolidam novas estratégias de vida, laborais, muitas delas essencialmente urbanas, que garantem condições de sobrevivência e que são internalizadas nos assentamentos nas relações de troca de trabalho e mesmo externamente, nestes casos, como forma de composição e ou ampliação da renda familiar.

Considerando que estas atividades representam mecanismos de fuga da miséria por conta da ausência de um efetivo programa de desenvolvimento nos assentamentos rurais, esta realidade distancia-se do modelo conceitual de pluriatividade - firmado como processo de complementação de jornada de trabalho e ou renda e fortalecimento da agricultura familiar - como tratado nas análises sobre a realidade rural européia e, de outra forma, aproxima-a da referência conceitual de precarização do trabalho e de suas relações sociais de produção, ao não conduzirem processos laborais urbanos e rurais mediados pelos direitos trabalhistas e por sua vez imprimem um abandono das atividades rurais de produção na unidade agrícola, por conta da busca pelo trabalho externo.

Esta constituição laboral urbana (não agrícola) é seguida de uma reconstituição laboral agrícola, uma vez que a territorialização do assentamento, ou fixação, tende, aos poucos, permitir a realização do trabalho agrícola de forma plena, constituindo ou reconstituindo saberes sobre o processo produtivo.

A pesquisa revelou que o próprio crédito, na elaboração e consecução de projetos técnicos, tem importância na inserção de novas tecnologias e culturas comerciais (alterando o padrão de subsistência) nos assentamentos, diferenciadas de acordo com a região e níveis tecnológico e sócio-produtivo, alterando manejos e tratos culturais na produção animal e vegetal; e

na introdução de derivados destas produções (verticalização/agroindustrialização), ampliando a capacidade de trabalho e por sua vez de resistência, contribuindo na consolidação da reforma agrária, na inserção de capacidades de trabalho (constituição laboral).

Outras três considerações importantes podem ainda ser extraídas: a primeira se refere à forte presença dos estados das regiões sul e sudeste nessas migrações internas, fruto das mudanças do modelo agrícola, sobretudo, nas décadas de 70 e 80, retirando contingentes expressivos de populações rurais de seus estados de origem, territorializando novas e pretéritas formas de produção e reprodução; a segunda, diretamente vinculada à primeira, diz respeito à participação do migrante na luta pela terra. Nesse ponto, a pesquisa revelou que do total dos assentados, 37,95% são migrantes. A expressividade deste dado aponta o grau de generalização do problema fundiário no território brasileiro, e "cai por terra" a tese de que existem áreas "novas", como oportunidade de trabalho (a partir das fronteiras agrícolas) que poderiam ser destinadas à Reforma Agrária.

A terceira reflexão tem como expressão mais significativa o estado de São Paulo onde, historicamente, os movimentos de luta pela terra são tomados como uma população de migrantes ("invasores"), e o estado é apresentado, normalmente, como "território ocupado", onde as condições de reprodução da força de trabalho e relações de propriedade já estariam plenamente consolidadas. Neste caso, aproximadamente 43% da população assentada tem como origem o próprio estado, o que implica em um contraponto às afirmações de que a densa malha urbano-industrial paulista e o processo de modernização agroindustrial permitiram a absorção de toda a força de trabalho local e conduziram esse grande contingente de trabalhadores urbanos e rurais, para atividades laborais não agrícolas impossibilitando-o de voltar ao campo e reconduzir processos produtivos rurais em sua plenitude.

* *Professores do Departamento de Economia Rural/UNESP – Campus de Jaboticabal.*

NOTAS

- 1 - Pesquisa realizada nos estados de AM, BA, CE, MS, PR, RO, RS, SC, SE e SP, com apoio da FAPESP, FINEP/BID e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que avaliou os resultados sócio-econômicos de projetos técnicos do PROCERA, aprovados em 1993, que já estariam implantados e em período de amortização a partir de 1996. O PROCERA foi extinto em 1999 e implantado, no mesmo ano, junto aos assentamentos rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - A).
- 2 - O conceito não implica em tecnificação e mecanização agrícolas, mas na execução de um conjunto mínimo de práticas de organização da produção e conservação das condições produtivas que impliquem em maior sustentabilidade da atividade agrícola na unidade de produção.
- 3 - Termo designado ao processo de migração constante (utilizado pelos próprios assentados).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRACIOLI, G.P., ALEIXO, S.S. e SOUZA, J.G. (1998) "Perfil sócio-produtivo de assentados rurais nos estado do Rio Grande do Sul e São Paulo. In: *Anais XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente-SP, FCT/UNESP, pp.183-5.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999) *O novo rural brasileiro*. Campinas-SP: UNICAMP. IE. (Coleção Pesquisas, 1).
- JORGE, W.J.; SOUZA, J.G. e GEBARA, J.J. (1999) *Avaliação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA*. Jaboticabal- SP, FCAV/UNESP. (Relatório de Pesquisa).
- MARTINS, J.S. (1982) *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Editora Vozes.
- SOUZA, J.G., MARACCI, M.T. (1998). "Modernidad y lucha de clases" *Anais II Jornadas de Filosofia*. Valladolid, Universidad Valladolid, pp. 13-23.
- TODOROV, J.C. (Coord.) (1997). *I Censo da Reforma Agrária*. Brasília, INCRA.

estudios migratorios latinoamericanos

Una revista cuatrimestral
publicada por el
CEMLA - Centro de Estudios
Migratorios Latinoamericanos

AÑO 15

DICIEMBRE 2000

NUMERO 46

I - PROCESOS MIGRATORIOS EN AMÉRICA LATINA, Varsovia 2000

Elda Gonzalez Martinez

Presentación

Jose Antonio Vidal

El monopolio laboral español en Cuba, 1899-1933: la lucha por el control del trabajo entre cubanos y españoles

Asuncion Merino Hernando

Religiosidad e inmigración: la sociabilidad peruana en Madrid

Monica Palma Mora

La inmigración en México en la segunda mitad del siglo XX - Un estudio introductorio

Tania Regina de Luca

Inmigración y teorías antropológicas en Brasil (1910-1920)

II - ARTICULOS

Alberte Martinez Lopez

La emigración gallega a ultramar: A Coruña, 1858-1867

Alejandro I. Canales

Migración, trabajo y globalización. La segmentación laboral en la nueva economía de los EUA

Marcela Mendoza, David H. Ciscel, Barbara E. Smith

El impacto de los inmigrantes latinos en la economía de Memphis, Tennessee

Avenida Independencia, 20
1099 Buenos Aires - Argentina

E-mail: cemla@ciudad.com.ar
Internet: www.scalabrini.org/~cemla

RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES MIGRANTES NA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marilda Aparecida de Menezes*

Este artigo trata do recrutamento de trabalhadores migrantes sazonais na *plantation* açucareira no Estado de Pernambuco, na região chamados "corumbas". Toma-se como estudo de caso os camponeses provenientes da Região Agreste do Estado da Paraíba, que migram desde princípios do século XX, para trabalhar em diversas atividades em engenhos e usinas de cana de açúcar na Zona da Mata, norte do Estado de Pernambuco. Foram selecionados na região de origem, o município de Fagundes, no Estado da Paraíba e a Usina São José, no município de Igarassu, Estado de Pernambuco. A literatura geralmente explica que a contratação de camponeses-trabalhadores migrantes (Menezes, 1997) resulta de diferenças entre a quantidade de trabalho requerida em cada uma das fases do ciclo agrícola. Durante a colheita, demanda-se um número grande de trabalhadores, em comparação com as fases de cultivo e limpeza da cana-de-açúcar, e esse trabalho não poderia ser suprido, apenas, com a mão-de-obra local. Embora essa explicação seja verdadeira, o recrutamento intensivo dos camponeses-trabalhadores migrantes, após um período no qual se verifica o seu declínio, também se explica pela racionalização e controle político da força de trabalho, para alcançar altos níveis de produtividade e lucratividade (Novaes, 1993, p.115).

Com relação à *plantation* açucareira no Estado da Paraíba, alguns autores já mostraram que houve um aumento do número de trabalhadores migrantes sazonais durante a década de 1980 e 1990, que se explica pelas ações sindicais e pelas transformações na agricultura na Região Agreste (Moreira, 1995, p.212 - 213). A estratégia de contratar trabalhadores do Agreste e do Sertão como uma resposta ao aumento da organização sindical não é apenas encontrada nos estados do Nordeste do Brasil (Novaes, 1993), mas é, também, recorrente em outros países produtores de cana-de-açúcar, além de outros produtos agrícolas. Mencionaria três exemplos. Primeiro, o caso da República Dominicana na América Central, analisado por Baud (1992); segundo, o caso dos trabalhadores migrantes na cana-de-açúcar na Índia, analisado por Breman (1985); e, finalmente, trabalhadores agrícolas migrantes nos Estados Unidos, analisado por Burawoy (1976). O exemplo dos Estados Unidos é muito mais complexo que a migração sazonal interna no Nordeste do Brasil, porque envolve a questão da imigração ilegal, que tem sérias consequências para as condições e direitos trabalhistas.

Para Breman (1985), o funcionamento do mercado de trabalho explica-se mais por fatores de controle político do que pelo preço do trabalho: "trabalhadores migrantes são mais baratos, mas isto é uma vantagem casual e não a

razão principal pela qual eles são preferidos (...) O rebaixamento dos níveis salariais é tanto um efeito quanto um objetivo do excedente de força de trabalho" (Breman, 1985, p. 335).

No tocante aos trabalhadores migrantes agrícolas nos Estados Unidos, Burawoy (1976, p.1072) afirma que quando o trabalho doméstico demonstra capacidade de organização, ele tem sido ou deslocado pelo trabalho migrante - externo ou interno - ou violentamente reprimido. Os fazendeiros têm grande controle sobre os "trabalhadores migrantes", porque eles estão continuamente disponíveis para todos os tipos de tarefas, desde bem cedo da manhã, até bem tarde da noite. Além do mais, eles são diligentes, sensatos, corretos e dóceis (Breman, 1985). Baud expressa esse mesmo ponto de vista, com referência aos migrantes haitianos, que migram para a República Dominicana, afirma que é difícil controlar nativos e, em muitas partes do mundo, o trabalho é recrutado de regiões distantes, mesmo que exista uma reserva local.

No caso da Região Nordeste, os camponeses-trabalhadores migrantes são preferidos pelos gerentes, pois predomina o discurso de que eles são mais submissos ao controle da usina (Novaes, 1993). Desde o momento do recrutamento até o espaço da moradia em alojamentos, os camponeses-trabalhadores migrantes são circundados por táticas políticas de controle do trabalho, que

são contracenadas por suas redes sociais e práticas de resistência.

A contratação dos camponeses-trabalhadores migrantes é implementada através de um sistema de recrutamento, no qual a pessoa central é o arregimentador, uma espécie de empregado¹, que é responsável por coletar as carteiras de trabalho dos migrantes e trazê-las para a usina. Segundo definição de um dos gerentes da Usina São José, o arregimentador “faz a ligação entre capital e trabalho”. Geralmente, é uma pessoa do local de origem dos migrantes e atua como um intermediário entre a usina e os trabalhadores, no que diz respeito ao recrutamento, trabalho e vida nos alojamentos. Em geral é um trabalhador migrante que conseguiu ganhar a confiança dos gerentes da usina e, também, é respeitado entre os seus colegas. Os escolhidos para esta função são considerados “bons trabalhadores”, classificação que identifica aqueles que trabalham arduamente, não reclamam, nem reivindicam e aceitam as condições de trabalho e vida que lhes são impostas. Como é responsável pelos documentos dos trabalhadores, tem que ser uma pessoa alfabetizada, o que exclui a maioria dos trabalhadores migrantes. Outro critério comum para selecionar arregimentadores são as relações de parentesco; a usina São José teve três arregimentadores, desde o início do recrutamento em Fagundes, em 1978. O primeiro foi um cunhado de um cabo da usina, ele foi substituído por um outro paraibano, considerado pelos seus colegas um puxa-saco do patrão. Esse segundo arregimentador foi substituído por seu irmão, que justifica ter atendido ao pedido do gerente da usina, para que ele continuasse a recrutar trabalhadores. Ele assumiu essa posição em 1993 e continuou até a safra de 1996-7. Na usina Matari, o filho do arregimentador assumiu a posição de seu pai.

Como o arregimentador procede da área dos trabalhadores, ele está envolvido em relações pessoais, de amizade ou parentesco. Essas relações sociais

têm sido definidas por alguns autores como uma combinação entre neopatronagem e solidariedade (Breman, 1985, p.355). A posição social do arregimentador é similar ao mukadame descrito por Breman (1985), para o caso de “trabalhadores migrantes”² da cana-de-açúcar na região Gujarat do Sul, na Índia. Como os mukadames, os arregimentadores são profissionais do recrutamento, a maioria trabalha com sua turma, ganhando o mesmo salário, mas tem um tratamento preferencial, ganhando pequenos agrados como cigarros ou chá (Breman, 1985). Na região estudada, o arregimentador pode ou não trabalhar com sua turma, e, além de seu salário, recebe uma porcentagem de 3% ou 4% da renda dos trabalhadores de sua turma. Esse sistema tem como objetivo motivá-lo a trazer “bons trabalhadores”, aqueles que têm alta produtividade e tendem a aceitar as condições de trabalho impostas.

A posição do arregimentador é uma nova versão do empregado que foi largamente utilizado pelos usineiros, durante as décadas de 1960 e 1970. O empregado é um intermediário que contrata a turma de trabalhadores para realizar uma determinada tarefa, sem, no entanto, estabelecer um contrato formal de trabalho. Como Schaffner diz:

“Os intermediários protegiam os patrões das obrigações de seguridade social e também eram capazes de se livrarem de obrigações trabalhistas porque seu tratamento no ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) era ambíguo. O uso de intermediários foi drasticamente reduzido depois de uma onda de greves em 1979; mas ainda assim, no censo demográfico de 1980 constava que 16% dos trabalhadores agrícolas temporários no estado de Pernambuco trabalhavam com intermediários”³.

A diferença principal entre o arregimentador e o empregado é em relação ao contrato de trabalho, os trabalhadores empregados pelo empregado, geralmente, não têm contrato legal, enquanto os agenciados pelo

arregimentador são contratados formalmente pela usina. Os sindicatos, no Estado de Pernambuco, travaram uma luta persistente contra a existência dos empregados na contratação de trabalhadores, pois representava um mecanismo de negação dos direitos trabalhistas e conseguiram alterar essa prática. No entanto, ocasionalmente, casos de contratação ilegal são denunciados, e os sindicatos têm que empreender novas ações contra as usinas. A necessidade de recrutar “bons trabalhadores”, que poderiam garantir a finalização da safra da cana-de-açúcar fez com que os usineiros implementassem a nova versão dos empregados, os arregimentadores. Embora a imagem dos arregimentadores não seja associada ao trabalho clandestino, eles reproduzem, parcialmente, a posição social dos empregados, especialmente quanto à sua função de disciplinarização dos trabalhadores, para garantir alta produtividade e obediência. A definição de Oliveira sobre os empregados também é apropriada para os arregimentadores:

“A experiência na atividade açucareira é fator importante no exercício da empreitada porque faz parte do sucesso da intermediação a escolha de bons trabalhadores para garantir uma produção significativa e conseqüentemente uma boa comissão” (Oliveira, 1986, p.43).

É difícil identificar qual a categoria sob a qual é formalizado o contrato do arregimentador com a usina, bem como a forma de pagamento. Todos os três grupos entrevistados - trabalhadores, arregimentadores e gerentes de usina - expressaram diferentes visões sobre a posição e função dos arregimentadores. Em relação ao status legal, alguns informam que o arregimentador é registrado como um trabalhador rural, enquanto para outros é como cabo, recebendo, aproximadamente, um salário três vezes maior que a média dos trabalhadores rurais. Os gerentes da usina declararam que ele é um trabalhador rural cujas funções são as mesmas que os demais

trabalhadores de sua turma.

As atribuições do arregimentador podem variar durante o período que está trabalhando na usina e também há diferenças entre as usinas. Por exemplo, o arregimentador que trabalhou para a Usina São José, entre 1985 e 1994, não trabalhou no campo, nos últimos três anos de seu contrato; seu irmão, que assumiu essa posição em 1994, trabalhava no campo, juntamente com sua turma. Na Usina Maravilha, o arregimentador geralmente não trabalhava no campo, mas era responsável pela supervisão dos seus trabalhadores. Apesar das indefinições que circundam a posição social do arregimentador, ele representa uma nova versão dos empregadores⁴. Ele permanece a pessoa chave no recrutamento e controle dos trabalhadores temporários, seja daqueles que procedem da região canavieira, de Pernambuco ou Paraíba, ou de camponeses-trabalhadores migrantes que vêm do Agreste e Sertão.

RECRUTAMENTO ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS

O recrutamento é o primeiro passo para criar uma força de trabalho disciplinada e passiva e as redes sociais (Mayer, 1964 e Harries, 1994), formadas por parentesco e relações de amizade são os canais através dos quais o arregimentador seleciona os bons trabalhadores. De outro lado, as redes são, também, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à *plantation* açucareira e praticam formas de resistência espontâneas, individuais ou coletivas.

O recrutamento de trabalhadores migrantes através de relações de parentesco, vizinhança e amizade também traz alguns conflitos dentro da comunidade de origem. Sendo o arregimentador um trabalhador migrante que conseguiu ascender socialmente, desperta nos outros o desejo de conquistar essa posição, o

que causa uma certa competição entre os que se julgam capazes de se tornarem um arregimentador. Durante os dezesseis anos em que a Usina São José recrutou trabalhadores de Fagundes, alguns incidentes aconteceram que mostram os conflitos gerados pela posição superior do arregimentador em relação aos seus conterrâneos, parentes, vizinhos e amigos. O primeiro arregimentador, que trabalhou de 1979 a 1984, perdeu sua posição para outro, que assumiu até 1993. Ambos são vizinhos e até a data do trabalho de campo, 1995 e 1996, eles não se conversavam; estórias diversas são narradas sobre a passagem de um arregimentador para outro, mas a nebulosidade em torno desse assunto começou a se dissipar um pouco quando a esposa do primeiro arregimentador contou que o segundo havia inventado focos sobre seu marido para os gerentes da usina, de modo que ele acabou sendo demitido.

Um dos entrevistados queria selecionar migrantes, conjuntamente com o arregimentador que trabalhou para a Usina São José, de 1984 até 1993. Ambos eram vizinhos e compadres e apesar dos laços de parentesco, o arregimentador não aceitou a parceira no recrutamento. A cada arregimentador é atribuído um número de trabalhadores para ser contratado, um mínimo, em geral, de 50 por turma. Um mês, aproximadamente, antes do começo da safra, a notícia sobre o recrutamento da usina difunde-se por toda a área, através da transmissão oral. Arregimentadores e gerentes da usina começam a chegar nos locais de procedência dos migrantes, para selecioná-los para a safra e são vistos por todas as partes do município, coletando carteiras de trabalho.

As redes informais entre os trabalhadores atuam como o veículo mais eficiente para agregar trabalhadores e trocar informações sobre as usinas. A feira local, que acontece todos os sábados, é, tradicionalmente, um lugar de encontro. Pessoas vêm de todos os distritos e sítios para fazer a feira semanal, ir ao mé-

dico, visitar parentes e amigos, e resolver outras questões sociais. Ela é um lugar privilegiado, onde as pessoas se encontram e trocam informações sobre as usinas. Durante o trabalho de campo, dediquei a maioria das manhãs do sábado para circular pela feira e encontrar trabalhadores, arregimentadores e gerentes da usina. É parte do cenário da feira ver pequenos grupos de homens conversando, trocando informações, discutindo e construindo opiniões e visões sobre o trabalho e a vida nas usinas que recrutam trabalhadores no município. Essas redes informais têm se constituído como um espaço de comunicação importante dos camponeses-trabalhadores migrantes, nelas se produzem e circulam não apenas informações sobre o recrutamento, mas, também, sobre as condições de trabalho e moradia oferecidas pelas usinas, representações sobre as formas dos administradores e cabos tratarem os trabalhadores, bem como da atuação do sindicato.

Alguns eventos mostram que as redes sociais informais permitem a emergência de práticas individuais ou coletivas de resistência, destaco como exemplo dois deles. Em 1987, um gerente de usina que trabalhava para a Usina São José mudou de emprego, indo trabalhar numa usina no município de Baía Formosa, no Estado do Rio Grande do Norte; comentava-se que ele era um chefe carrasco, que maltratava os trabalhadores. Um dia, ele veio a Fagundes em busca de trabalhadores para a usina na qual estava trabalhando. Em torno de 50 trabalhadores decidiram ir, mas alguém divulgou a informação de que, durante o tempo em que trabalhou na Usina São José, esse gerente foi bruto e cruel. Um trabalhador descreveu o ocorrido em detalhe:

“ Eu vi um caminhão grande e ele dizendo: eu sou de Baía Formosa, conheço o pessoal de Fagundes, um pessoal trabalhador. Eu digo: este é Dr.Eraque, isto é ele mesmo. Ele meio careca, meio calvo, meio baixo. O carro tava cheio de gente pra ele levar pra

Baia Formosa, tava cheio. Aqui o cabra disse: aquele miserável ali foi o que cortou o dia da gente na usina S. José. Este cabeça chata aí, foi ele mesmo. Foi ele mesmo, este é Dr. Eraque, é ele. Aí rapaz, vão trabalhar de graça?! Por que rapaz? Porque na São José ele cortou o dia de todo mundo lá, 200 homens ele cortou. É este miserável e assim e aí começou a descer do carro, todo mundo descendo do carro, descendo... aí quando foi com pouco ele olhou assim e disse: oxente, cadê o pessoal que tava aqui. O pessoal foi embora, porque o senhor faz o trabalhador de escravo, cortou o dia dos trabalhador. Ele disse: quem foi que disse isto a vocês? Quem tava trabalhando lá é quem disse, doutor. Ele pegou o carro pequeno, baixou a cabecinha, e nunca mais botou a cara aqui em Fagundes, nunca mais". (Oswaldo)

O gerente ficou sem nenhum trabalhador para levar à usina, e os migrantes provaram que a sua experiência em usinas da Mata Norte do Estado de Pernambuco tornou-se um recurso cultural importante para avaliar e reagir a situações de outras usinas. Neste caso, o que mais amedrontou os trabalhadores foi que a usina para onde estavam sendo levados era desconhecida na área, eles nem sequer lembram o nome. Um incidente similar aconteceu durante o recrutamento para a safra de 1995 e 1996. Além do arregimentador do local que trabalhava para a Usina São José, um segundo arregimentador de fora da localidade veio a Fagundes para selecionar trabalhadores. Como ele era desconhecido no município, houve muito rumor, desconfiança, interrogações sobre quem ele era e para qual engenho levaria os migrantes. Alguns trabalhadores até me cercaram, tentando encontrar alguma informação sobre ele, porque muitos já me tomavam em confiança e sabiam que tinha contatos com os arregimentadores e gerentes da usina. Este arregimentador "desconhecido" foi ajudado por duas pessoas do local para coletar as carteiras de trabalho

para ele, porém, esses "sub-arregimentadores" também estavam confusos sobre qual era a usina e local para onde os migrantes seriam levados. Após terem coletado 70 carteiras de trabalho, os trabalhadores começaram a pedir seus documentos de volta e, rapidamente, os arregimentadores já não tinham sequer uma única carteira de trabalho em suas mãos. Alguns contaram que houve rumor e suspeita de que o arregimentador os levaria para o Estado do Maranhão, a 700 km do município, o que tornou os trabalhadores ansiosos e inseguros, pois temiam sobre a possibilidade de serem levados para locais desconhecidos, mediados por pessoas que não conheciam e não tinham referências pessoais.

Após a coleta das carteiras, o arregimentador leva os documentos para a usina ou o gerente da usina vem ao local para coletá-los. O processo de seleção dos trabalhadores obedece aos seguintes critérios:

1) Idade: os gerentes de usina têm uma preferência por pessoas jovens, entre 18 e 40 anos. Entretanto, isto não significa que todos os trabalhadores acima de 40 anos serão excluídos, pois este critério é combinado com outros fatores que são parte do processo de seleção.

2) Produtividade: Até recentemente, as usinas não tinham um registro sistemático dos níveis de produtividade dos trabalhadores, mas, em 1995-6, elas já começavam a ter registros anuais de cada trabalhador de modo a subsidiar o processo de seleção na safra seguinte.

3) Comportamento: Aqueles considerados "mal comportados" não serão contratados novamente. É geralmente o arregimentador e o cabo que comunicam à administração da usina sobre os 'mal e bem comportados'. O rótulo de "mal" será aplicado para trabalhadores que rejeitam obedecer as ordens dos chefes, em termos de cumprimento de atividades e horas de trabalho, que discutem com os chefes, discordam ou reclamam sobre o peso da cana ou faltam ao trabalho. No caso de trabalhadores

migrantes isto também inclui "mau comportamento" no alojamento, ou durante o tempo de lazer.

4) Direitos trabalhistas: Trabalhadores que colocaram ação na justiça contra a usina não serão mais contratados. Eles são bem conscientes desta ameaça e, quando decidem tomar tal atitude, já se preparam para procurar emprego em outras usinas ou outros locais.

5) Abandono do contrato de safra: os trabalhadores migrantes são, em geral, contratados no início da safra, em setembro, sob o regulamento do contrato de safra, que estabelece que o trabalhador tem que cumprir o contrato até o final da safra. Entretanto, muitos decidem romper com o contrato ou, simplesmente, abandonar o emprego, devido às condições de exploração do trabalho.

6) Exame médico.

Estes critérios estão relacionados à racionalização dos métodos de trabalho, assim como ao controle da produção e produtividade. Um dos principais objetivos dos gerentes da usina é incrementar os níveis de produtividade de modo a reduzir o número de trabalhadores necessário nas várias etapas do processo produtivo. Para esse propósito, algumas usinas têm implementado um programa de treinamento para gerentes, chefes e trabalhadores. Os gerentes são enviados para usinas modernizadas no Estado de São Paulo e até para outros países, como por exemplo, África do Sul, onde os trabalhadores recebem treinamento que os motiva a produzir mais e melhorar seus métodos de trabalho. O engenheiro responsável pela implementação dos novos métodos de trabalho informou que o principal objetivo do treinamento é "mudar a cultura dos trabalhadores", o que significa motivá-los para produzir mais do que uma "tarefa", medida que regulamenta a quantidade mínima produzida num dia de trabalho. Como Breman (1985, p.261) afirma, o processo de racionalização social, que implica uso mais instrumental do trabalho, facilita a introdução de novas tecnologias e do

gerenciamento agrícola moderno, ao invés de ser o resultado final das forças de inovação. Somando-se ao processo de racionalização do trabalho, a seleção dos paraibanos é realizada para reprimir algumas práticas de resistência dos trabalhadores, como o abandono do contrato de safra e algumas ações promovidas pelos sindicatos.

Seguindo as instruções dos gerentes da usina, o arregimentador rejeita documentos de trabalhadores que não se enquadram dentro dos critérios estabelecidos pela usina; os que têm ações na justiça são considerados como aqueles que “dão problema”, são “trabalhadores ruins”. Ele incorpora o poder atribuído pelos gerentes da usina para rejeitar pessoas que, segundo seu julgamento, não tenham sido cooperativos e produtivos na safra anterior; alguns trabalhadores declaram sua raiva quando o arregimentador nega-se a receber a carteira de trabalho.

Entretanto, o comportamento dos arregimentadores tende a variar, sendo que alguns se posicionam mais do lado dos trabalhadores e outros mais do lado da usina. Esses buscam honrar seu compromisso com os trabalhadores, porque se algo de errado acontecer, poderá afetar sua imagem no espaço de sua moradia, bem como sua posição social como líder dos trabalhadores. Um exemplo disto aconteceu com o recrutamento realizado pela Usina Matari, essa usina é bem conhecida pelas condições de trabalho e moradia precárias. O arregimentador tentou todos os meios para selecionar 50 trabalhadores, conforme o pedido da usina, mas não conseguiu completar esta quantidade, muitos não entregaram suas carteiras para serem selecionados pela usina e, entre os que foram, muitos desistiram do contrato antes do final da safra. A imagem negativa da usina afetou também a imagem do arregimentador, ele declarou que ficou numa situação constrangedora e embaraçosa porque sentia que havia traído a confiança dos trabalhadores nele.

Embora o arregimentador realize o recrutamento de trabalhadores migrantes através de critérios que visam a um disciplinamento da força de trabalho, tanto para garantir maiores níveis de produtividade quanto para controlar as atitudes de resistência dos trabalhadores e sua relação com o sindicato, ele também se orienta pelas relações de amizade ou parentesco que estabelecem obrigações, dependência, respeito, ajuda mútua entre ele e os camponeses-trabalhadores migrantes.

* *Marilda Aparecida de Menezes é Prof.^a do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB-Campina Grande.*

NOTAS

1- A hierarquia nas usinas de cana-de-açúcar em Pernambuco apresenta a seguinte estrutura:

- Trabalhadores;
- Arregimentador;
- Cabo: é o chefe imediato dos trabalhadores; organiza a distribuição das atividades diárias, mede a produção diária e supervisiona o trabalho no campo;
- Fiscal: supervisiona uma área de cana-de-açúcar, mede a produção diária e checka a pesagem da cana realizada pelo cabo;
- Administrador: é responsável pelos alojamentos dos trabalhadores migrantes e também supervisiona os trabalhadores no campo. É o chefe do cabo e do fiscal, e mora em casa da usina, que se situa ao lado dos dormitórios dos trabalhadores migrantes;
- Gerentes de campo: controlam a qualidade, a produtividade e a administração dos diferentes processos da cana-de-açúcar;
- Gerente do setor agrícola: é o gerente geral de todas as atividades do setor agrícola.

2 - Sempre que refiro a outros autores, respeito as conceituações e categorias que eles utilizam para identificar “camponeses – trabalhadores migrantes”. No caso, Breman classifica-os como “trabalhadores migrantes”.

3 - Este dado refere-se ao estado como um todo e não apenas à região canavieira; porém esse setor é o maior empregador de trabalho assalariado agrícola. (Schaffner, 1993, p. 716)

4 - Sigaud também situa o empregado de forma ambígua nas relações de trabalho na *plantation* açucareira: “Nesse sentido poder-se-ia situar cabo e empregado numa categoria também ambígua dentro da classificação dos moradores. O morador vive sua relação com eles como uma relação de exploração, mas ‘compreende’ (no sentido weberiano) o seu modo de agir” (Sigaud, 1980, p.44).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUD, M.
(1992) 'Sugar and Unfree Labour: Reflections on Labour control in the Dominican Republic, 1870-1935'. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 19, n.2, pp. 301-342.
- BREMAN, J.
(1985) *Of peasants, migrants and paupers: rural labour circulation and capitalist production in West India*. Delhi: Oxford University Press.
- BREMAN, J.
(1994) *Wage hunters and gatherers; search for work in the urban and rural economy of South Gujarat*. Delhi: Oxford University Press.
- BURAWOY, M.
(1976) 'The functions and reproduction of Migrant Labor: Comparative material from Southern Africa and the United States'. *American Journal of Sociology*, Vol. 81, No.5, March 1976, pp.1050-1086.
- HARRIES, P.
(1994). *Work, culture and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- MAYER, P.
(1964) *Labour migrancy and the social network*. In: Holleman, J.F. et al. (eds.) *Problems of transition: Proceedings of the social sciences research conference 1962*, pp. 21-34.
- MENEZES, M. A. de
(1997) *Peasant-Migrant Workers: Social networks and practices of resistance*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Manchester, University of Manchester.
- MOREIRA, E.R.F. (Coord.)
(1995) *Os caras pintadas de suor e de fuligem da cana [um estudo das condições de vida, saúde e trabalho dos trabalhadores mirins da cana]*. Relatório Técnico Final de Pesquisa. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- NOVAES, J.R.P.
(1993) *Modernização e Relação de Poder: transformações na agroindústria canavieira no Nordeste do Brasil*. Ph.D. Thesis. Programa em Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, C.F.G.
(1986) 'O empregado - elemento intermediário na contratação da mão-de-obra volante na zona canavieira Pernambucana'. *Cadernos do CEAS*, No. 102, pp. 41-53.
- SIGAUD, L.
(1980). A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. In: *Anuário Antropológico* 78, pp. 13-114.
- SCHAFFNER, J.A.
(1993) 'Rural Labor legislation and permanent agricultural employment in Northeastern Brazil'. *World Development*, Vol. 21, No.5, pp.705-719.

DISTANTE DO ÉDEN

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MIGRANTES NA REGIÃO DO SÃO FRANCISCO

Adélia de Melo Branco*
Semira Adler Vainsencher*

Analizando-se a realidade concreta do Nordeste do Brasil, de acordo com Bachelar (1997), não há como negar: a despeito do grande crescimento econômico e da entrada no mercado globalizado, a pobreza continua sendo uma das características mais marcantes dessa Região. Segundo Guimarães Neto (1997), inúmeros fatores, entre eles a escravidão e a concentração do poder político e econômico, contribuíram para a existência da pobreza que o Nordeste enfrenta, deixaram marcas profundas na economia local e tiveram uma forte influência na sua evolução. Tais fatores concorreram para dificultar o acesso à terra, garantir a presença marcante do latifúndio - onde o proprietário, no contexto de relativo excedente de população, sempre possuiu uma enorme capacidade de definir relações de exploração da força de trabalho - e defender o papel do capital mercantil, no interior da própria economia regional, além do papel que o mesmo exerceu nas relações do Nordeste com os comércios internacional e inter-regional, notadamente na comercialização da produção agrícola.

Esse quadro de pobreza da Região se agrava, ainda mais, diante da ocorrência de secas periódicas. Quando elas ocorrem, a maior parte da população local - aquele contingente destituído de poder político e econômico e, portanto,

mais vulnerável, do ponto de vista social -, se engaja em uma série de medidas para tentar superar os seus problemas, sendo a migração uma das mais importantes.

A migração vem atraindo a atenção de muitos pesquisadores, sobretudo a que envolve os nordestinos, pelo fato de os mesmos, ao longo dos anos, terem estado presentes em movimentos migratórios destinados a várias regiões do País. Observa-se, no entanto, a existência de poucos trabalhos sobre a mulher migrante nordestina, aquela que abandona as áreas rurais de sequeiro¹ buscando garantir o sustento da família e lutando, também, por melhores condições de vida.

Neste sentido, o presente estudo² tem como enfoque as mulheres que abandonam os seus lugares de origem, migram para a área do Sub-Médio São Francisco, com o objetivo de se engajar no trabalho da agricultura irrigada, e se depa-ram com novos elementos, em seu lugar de destino, geradores de sérios problemas para elas: a subcontratação³, a exposição aos agrotóxicos, a ameaça de desemprego com o passar da idade e a impossibilidade de se aposentar.

Através das análises efetuadas, as autoras constataram que, muito embora a vida atual dessas trabalhadoras, no município de Petrolina, Estado de Pernambuco, seja bem distinta e melhor,

em inúmeros aspectos, que a sua vida passada, não se pode afirmar que o grau de vulnerabilidade delas haja diminuído. Muito pelo contrário! Ao ingressar naquele mercado de trabalho e se expor às novas condições de vida, da esfera urbana, o elemento feminino fica sujeito, automaticamente, a uma outra área de vulnerabilidade: a da exploração dentro de um sistema de relações de produção capitalistas, que envolve condições de trabalho mais complexas, tais como o assalariamento e a subcontratação, a exclusão de mulheres idosas do mercado de trabalho e a impossibilidade de obtenção de uma aposentadoria.

Salienta-se que esta pesquisa foi desenvolvida junto a um grupo de trabalhadoras⁴ que desempenham uma série de atividades na agricultura do semi-árido irrigado. Por intermédio de entrevistas de profundidade, tornou-se possível apreender os porquês da fuga das mulheres das áreas de sequeiro, as suas percepções acerca das novas condições de trabalho na agricultura irrigada, buscando-se ampliar o espaço para discussões e reflexões acerca do assunto. Foi entrevistado um total de quarenta e quatro mulheres migrantes⁵: vinte e duas eram trabalhadoras diaristas, ou seja, não possuíam qualquer vínculo empregatício com os seus patrões, sendo remuneradas por dia de trabalho e/ou por produção - as denominadas *avulsas* ou *bóias-*

frias - e vinte e duas eram assalariadas ou *fichadas*, possuíam um vínculo empregatício formal, carteiras de trabalho assinadas, eram remuneradas mediante uma base salarial mensal e, supostamente, tinham os seus direitos trabalhistas respeitados, de acordo com a Convenção Coletiva dos Trabalhadores Rurais da Região.

POR QUE FUGIR DA TERRA NATAL?

Um dos elementos que contribuiu para o êxodo das mulheres diz respeito às suas precárias condições de moradia. Nas áreas rurais de sequeiro, 80% delas habitavam em domicílios de taipa, sem água encanada e luz elétrica. Por outro lado, as suas condições de trabalho se apresentaram, também, como importantes fatores de expulsão: a grande maioria trabalhava no roçado, de sol a sol, pouquíssimo ou nada retirava do solo para sobreviver e não recebia, via de regra, qualquer remuneração pelas atividades realizadas.

As entrevistadas argumentaram que, em seus lugares de origem, não havia água, tampouco trabalho/emprego remunerado e a vida era demasiado sofrida. Portanto, elas não fugiram, somente, da falta de oportunidade de trabalho e do desemprego, mas, ainda, de uma precária qualidade de vida. Eis alguns dos depoimentos obtidos:

“Lá eu só fazia limpar mato. Só tinha lavoura quando tinha inverno. Na seca era um horror! Eu tinha que andar uma légua pra buscar água. Aquilo não era vida!”

“No Piauí tava muito ruim, não teve inverno e a gente passava muita necessidade. E o povo dizia que aqui tinha trabalho”.

Outros problemas existentes nas áreas rurais de sequeiro, que refletem a ausência de um compromisso político, voltado para o desenvolvimento dessa região, e que obrigam a população a conviver com uma infra-estrutura altamente inadequada, foram alegados pelas tra-

balhadoras.

“Lá é muito atrasado, é muito longe da cidade, não tem transporte. Eu mesmo quase morro no caminho quando fui dar à luz um dos meus filhos”.

“Lá a dificuldade é grande, é muito ruim. Não tem pra quem apelar. Lá não tinha trabalho, nem água. Era todo o mundo de braço cruzado, apelando pra ‘emergência’⁶. Tem tempo que todo o mundo fica parado, dependendo da ‘emergência’.”

As conseqüências de tal situação recaem, mais duramente, sobre a mulher do que sobre o homem, posto que ela é a principal responsável por certas atividades imprescindíveis à própria sobrevivência, tais como: a reprodução da unidade familiar, o abastecimento de água, a alimentação da família, a criação dos filhos e os cuidados com os demais membros da família quando estiverem doentes.

As poucas oportunidades de trabalho remunerado, nas atividades ligadas à pecuária e à agricultura - atividades de maior importância no semi-árido de sequeiro - costumam priorizar a utilização da mão-de-obra masculina. No caso da agricultura familiar, os homens ficam à frente da produção de culturas destinadas à comercialização, ao passo que as mulheres se dedicam à produção de outras, voltadas, apenas, para o consumo da própria família, e ficam sem acesso à renda. Conseqüentemente, a contribuição e o papel das mesmas, naquele contexto, são invisíveis. Tal invisibilidade se faz presente não somente em nível da sociedade, o que é retratado pelo não reconhecimento de sua contribuição, tanto por parte de diversos atores sociais, como por parte do Estado, porém, ainda, pelas próprias mulheres, que não são capazes de reconhecer a importância de suas atividades, que não se identificam como trabalhadoras e que, geralmente, avaliam o seu trabalho como uma simples “ajuda” àquele desempenhado pelos homens (Buarque & Vainsencher, 1998). Isso

vem demonstrar que, nas áreas rurais de sequeiro, a população feminina exerce determinados papéis que só traduzem, reproduzem e reforçam a sua submissão.

A despeito de sua relevante contribuição para a reprodução da unidade familiar e, em períodos de seca, para a sobrevivência da mesma, não apenas assumindo a chefia do núcleo familiar, temporariamente, mas migrando em busca de melhores condições de vida, pouco se conhece sobre as mulheres nesse contexto (Branco, Fischer & Melo, 1999; Branco, 2000). Até pouco tempo, por exemplo, não lhes era dado o direito de se alistar nas frentes produtivas: elas podiam trabalhar, somente, como barraqueiras, exercendo o papel de cozinheiras dos homens alistados (Almeida, 1995; Branco, 2000).

Um outro fator, já mencionado anteriormente, que colabora para aumentar a pobreza, ao restringir as alternativas para a população rural, diz respeito à ausência de oportunidades de trabalho, fora do âmbito da agricultura. Além das limitações presentes no mercado de trabalho remunerado, as condições climáticas da região - em especial, os períodos de longas estiagens - contribuem para aumentar os problemas da vida no campo. Durante a seca, a colheita é limitada e torna-se bastante difícil satisfazer as necessidades básicas da família. Em períodos de estiagens prolongadas, o Governo implementa ações de caráter emergencial, destinadas, apenas, a minimizá-las, ao invés de introduzir programas que promovam mudanças permanentes, visando a uma melhoria na qualidade de vida da população. Entre as medidas de caráter paliativo, introduzidas pelo Governo, está o Programa das Frentes Produtivas, através do qual a população local adquire um salário insignificante para atender às suas necessidades básicas, em troca do desempenho de uma série de atividades que, necessariamente, não vêm beneficiá-la. Além do mais, mesmo que tenha sido permitido ao contingente fe-

minino, a partir da década de 1980, o alistamento nessas Frentes de Trabalho, o número de mulheres registradas continua sendo inferior ao de homens (Almeida, 1995; Branco, Fischer & Melo, 1999; Branco, 2000).

Por seu caráter emergencial, o Programa das Frentes Produtivas não introduz mudanças eficazes a longo prazo, isto é, não investe em ações que venham a contribuir para a solução do problema da seca. Isso mostra a ineficácia das políticas públicas, em atender as necessidades de mulheres e homens das áreas de sequeiro e, de fato, promover uma melhoria em sua qualidade de vida.

Pode-se afirmar, inclusive, que a questão de gênero não tem sido devidamente contemplada, tanto no planejamento, quanto na implementação de ações voltadas para minimizar os efeitos da seca. A ausência das mulheres, na maioria dos programas governamentais, deve-se ao fato de não ter havido, ainda, uma internalização acerca da importância do assunto, sobretudo em nível institucional. Sendo assim, está posto um desafio quanto aos atuais papéis

de mulheres e de homens, no sentido de modificá-los, com repercussão sobre o conjunto das relações de poder. A ausência da população feminina nos programas sociais se dá, também, pela falta de conscientização dos atores envolvidos, acerca dos seus papéis e necessidades. Nesse contexto, a discriminação contra a mulher ocorre como algo quase "natural", já que ela mesma não está consciente da relevância de sua contribuição à sociedade, o que concorre para perpetuar a sua invisibilidade, reproduzindo as desigualdades nas relações de gênero.

Caso os programas e políticas, tanto planejados quanto implementados, não considerem as diferenças existentes entre a população feminina e a masculina, atendendo, conseqüentemente, as suas necessidades e interesses específicos e contribuindo para um desenvolvimento rural sustentável, baseado em um modelo de convivência com a seca, a migração vai continuar sendo uma das alternativas mais viáveis para a população afetada mitigar a sua vulnerabilidade.

A PORTA DE ENTRADA EM PETROLINA

O colorido referente aos 90.000 hectares de terras irrigadas do Sub-Médio São Francisco, lugar de destino da população em estudo, vem despontar tal qual o Éden, frente à pobreza e à aridez das áreas rurais de sequeiro. Como uma importante região produtiva, no Brasil, onde a fruticultura para a exportação se constitui em uma de suas atividades econômicas mais importantes, o Vale do São Francisco vem se destacando, no panorama agrícola nordestino e nacional, como uma exceção fortuita e bem sucedida dentro do contexto da pobreza (Branco, 2000; Bloch, 1996; Carvalho, 1991). A região representa um importante pólo de atração para a população residente naquelas áreas e, em especial, para o contingente feminino, que não tem a sua mão-de-obra valorizada nos lugares de origem.

As históricas desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, que transformam o seu trabalho produtivo em uma instância invisível, são fru-

to de diversos fatores, entre os quais a existência de uma pecuária local que emprega, basicamente, a força de trabalho masculina, e a falta de acesso à renda, pelo trabalho exercido na pequena agricultura familiar. No município de Petrolina, em particular, no que diz respeito à produção de frutas, vale ressaltar que ocorre precisamente o oposto com as relações de gênero: a mão-de-obra da mulher migrante é a preferida por parte do empresariado. Como um dos exemplos dessa realidade,

Foto: Adélia de Melo Branco



destaca-se a produção local de uva que utiliza o trabalho feminino em 60% dos casos.

Em se tratando da inserção no mercado de trabalho local, por sua vez, 51% das mulheres declararam ter conseguido, inicialmente, um emprego na fruticultura, e 20% afirmaram ter ido trabalhar nas culturas de cebola, batata e algodão. Pode-se verificar, assim, que a grande maioria das entrevistadas (71% dos casos) conseguiu se engajar em alguma atividade da agricultura irrigada de Petrolina. Somente um pequeno percentual das migrantes (8% dos casos), empregou-se no setor de serviços domésticos.

Quanto ao tipo de vínculo empregatício obtido, observa-se que grande parte das mulheres (45% dos casos) foi contratada como trabalhadora diarista. Esta parcela não tem acesso aos direitos trabalhistas, sendo remunerada por dia de trabalho e/ou por produção. Constatou-se, também, que apenas 36% dos casos (pouco mais de uma terça parte das entrevistadas) conseguiu obter um trabalho assalariado na fruticultura, ou seja, teve acesso a um vínculo empregatício formal, remuneração em base mensal, filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os seus direitos trabalhistas garantidos, pelo menos supostamente, de acordo com a Convenção Coletiva dos Trabalhadores Rurais da Região. Conforme será evidenciado, ao longo deste artigo, as assalariadas são, em verdade, um grupo bastante privilegiado, quando comparadas às trabalhadoras diaristas.

A subcontratação de uma parcela expressiva do contingente feminino é decorrente, em parte, da existência de um "exército de reserva" na região. Em outras palavras, todo o contingente migratório, que flui para as imediações do Vale do São Francisco, termina gerando uma superoferta de mão-de-obra. Esta, para poder sobreviver, é forçada a se sujeitar ao desemprego e/ou ao subemprego, ficando, então, as relações de trabalho reguladas pelas leis dos mais poderosos.

As migrantes que se engajam no trabalho diarista estão cientes de suas limitações, em se tratando do usufruto dos benefícios advindos de um Estado de Bem-Estar Social: o privilégio de possuir um trabalho assalariado, com carteira de trabalho assinada, com todos os direitos trabalhistas garantidos, com carreira e perspectivas (Singer, 1996). Neste sentido, as trabalhadoras expressam, claramente, o seu elevado grau de vulnerabilidade, devido à subcontratação:

"O avulso não tem nada".

"O avulso, se parar, a pessoa não tem do que viver".

E as migrantes afirmam que se vêem compelidas a aceitar esse tipo de acordo de trabalho porque os empresários só desejam utilizá-lo, beneficiando-se, assim, do excesso de mão-de-obra. Por sua vez, observa-se que esse "exército de reserva" aumenta, consideravelmente, durante os longos períodos de estiagem, quando a população residente nas áreas rurais de sequeiro se vê forçada a migrar. As trabalhadoras declaram:

"Eles não querem fichar. Quando ficham, é por pouco tempo".

"Só consigo contrato curto. Acho que é porque tem gente demais. Aí, quando o trabalho termina, eles botam a gente pra fora".

Algumas migrantes justificam a subcontratação como uma das decorrências do seu baixo nível de escolaridade. Eis alguns dos depoimentos obtidos:

"Eu acho que é porque eu não sei ler. Disseram que, quem não sabia ler, não podia ser fichado".

"Eu não tenho estudo, só trabalho em roça. Já tentei trabalhar na uva, mas nunca passei no teste".

Nesse particular, ao se deter o olhar sobre o nível de escolaridade básica das trabalhadoras avulsas, é possível verificar que a grande maioria delas (72% dos casos) ou é analfabeta ou sabe, apenas, assinar o próprio nome e somente 5% concluíram o 1º Grau Menor. Mesmo

junto às trabalhadoras *fichadas*, esse quadro não se mostra tão diferente: um percentual bastante elevado de casos (45%) se apresenta como analfabeto ou sabendo, somente, assinar o próprio nome e 14% concluíram o 1º Grau Menor.

Logo, atribuir-se ao baixo nível educacional das migrantes uma certa parte dos problemas que enfrentam, não seria, de todo, uma hipótese descontextualizada e/ou sem fundamento. Por si só, tal lacuna representa um elemento decisivo que vem contribuir para o desconhecimento dos próprios direitos de cidadania, bem como dos seus direitos como trabalhadoras, conforme especificados na Convenção Coletiva dos Trabalhadores Rurais da Região.

Certas migrantes, em contrapartida, declaram ter sido subcontratadas devido à sua elevada faixa etária. Segundo elas, após uma determinada idade, os empresários não aceitam mais contratá-las como assalariadas, empregando-as, exclusivamente, como trabalhadoras diaristas. As declarações das mulheres, com idades acima de 38 anos, foram similares e bastante significativas:

"Eu já estou velha".

"É por causa da minha idade!"

Pode-se observar, assim, que as mulheres com idade superior a 38 anos passam a ser, automaticamente, excluídas do assalariamento. As autoras ressaltam que o conceito de mulher idosa, aqui utilizado, baseia-se no próprio processo de "seleção natural" do mercado de trabalho local, cuja tendência é a de alijar, do seu quadro de assalariados, as mulheres com idades acima de 38 anos. Tal exclusão não repercute, apenas, em questões relacionadas ao trabalho, porém, ainda, na própria auto-imagem do contingente feminino. Infelizmente, é comum se ouvir de uma trabalhadora com mais de 35 anos, a auto-identificação de "velha".

A situação da migrante idosa, no Sub-Médio São Francisco, como se não bastasse o subemprego e o desemprego a que estão sujeitas, torna-se mais pro-

blemática, inclusive, quando se enfoca a questão da sua aposentadoria. Por definição e consenso, empregado rural é aquele trabalhador que presta serviços em alguma propriedade rural, continuamente e mediante subordinação, que cultiva a terra, que cuida do gado, e o pessoal necessário à administração da empresa ou atividade rural. E as mulheres que trabalham no campo têm o direito de se aposentar aos 55 anos de idade, mediante a comprovação de sua atuação como trabalhadora rural (Castro & Lazzari, 2001). As migrantes idosas em Petrolina, contudo, devido ao fato de terem abandonado a zona rural, nas áreas de sequeiro, de não mais possuírem um título de posse de terra, de terem passado a residir na periferia urbana daquele município, e de não terem um vínculo empregatício formal com uma empresa rural, vêem-se completamente impossibilitadas de requerer a própria aposentadoria. Logo, para poder sobreviver, ou elas enfrentam a subcontratação, tornando-se *bóias-frias*, ou permanecem desempregadas e, por conseguinte, dependentes dos seus familiares, até o fim da vida. A reivindicação das mulheres idosas é sempre idêntica:

*"Eu queria o meu 'aposento'."*⁸

Um outro problema sério enfrentado pelas trabalhadoras da região é a exposição aos agrotóxicos. Conforme os dados obtidos, a totalidade das diaristas e quase todas as assalariadas (91% dos casos) asseguraram ter tido contato com os produtos químicos⁹, o que pode lhes causar danos irreversíveis à saúde (Branco & Vainsencher, 2001). Elas declaram:

"Até se passar veneno de manhã e eu for trabalhar de tarde, eu adoço. Eu sinto tontice, escurecimento de vista e dor no carço dos olhos".

"O pior é que eles querem que a gente trabalhe enquanto colocam veneno. Quando a gente reclama, eles dizem que, se não trabalhar, a gente vai perder o dia".

A maior parte das entrevistadas (57% dos casos) informou ter sentido dores de

cabeça e 36% confirmaram ou ter desmaiado ou ter experimentado tonturas e sentido uma queda de pressão arterial. Segundo as autoras, ainda que alguns desses sintomas possam não ser, em verdade, fruto da exposição aos agrotóxicos, eles foram descritos pelas migrantes como tal. E, levando-se em conta a elevada frequência de queixas, por parte das trabalhadoras, seria indicada a realização de estudos mais aprofundados sobre essa temática. Elas afirmaram também:

"Sinto uma dor de cabeça horrorosa".

"Eu sinto uma coisa ruim, eu faço muita força e incha a minha costela quebrada. Eu sinto tontura e agonia".

Através da análise dos dados é possível se constatar, então, que, no Vale do São Francisco, o excedente de mão-de-obra, o baixo nível de escolaridade, a elevação da idade e a exposição aos agrotóxicos, são fatores que contribuem para elevar o grau de vulnerabilidade das migrantes.

A despeito disso tudo, percebeu-se que elas visualizam a migração de retorno como algo impraticável em suas vidas. Quando indagadas sobre as chances de retornarem à sua terra natal, a grande maioria respondia imediatamente: *"Nem pensar! O que é que eu vou fazer lá?"* Portanto, não obstante as precárias condições de labor e de vida, as mulheres preferem continuar vivendo em Petrolina, sem qualquer sombra de dúvida, do que retornar aos seus lugares de origem, nas áreas rurais de sequeiro. Alguns dos depoimentos são os seguintes:

"Aqui também tem dificuldade, mas é menos. Sempre a gente tem como se virar".

"Aqui, ao menos uma vez ou outra, tem emprego, aparece uns dois dias de serviço, é assim".

Não se pode negar, evidentemente, muitos dos benefícios que as trabalhadoras adquirem, em seu lugar de destino, e que são decorrentes do processo de migração. Elas têm acesso ao traba-

lho remunerado, inserem-se no mercado de trabalho local, obtêm independência financeira - fator que, sem dúvida, contribui para o seu "empoderamento" - e muitas passam a assumir uma nova condição, em se tratando da dinâmica do grupo familiar: a de reais "chefes de família". Portanto, a despeito da convivência com tantos outros novos problemas¹⁰, em Petrolina, 75% das entrevistadas já havia adquirido casa própria, e 82% habitavam em domicílios de alvenaria, contendo luz elétrica e água encanada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza vigente, agravada pelas secas periódicas que afetam o semi-árido de sequeiro, representa um dos fatores de expulsão mais fortes da população residente nessas áreas. Fica bastante claro, então, o seguinte epílogo: manter a seca e agir através de medidas paliativas, que venham somente minimizar os seus impactos, ao invés de tentar resolver a problemática, tem sido do interesse da elite que apoia os diversos Governos, ao longo dos anos.

Percebe-se, por sua vez, que, enquanto o referido fenômeno climático continua atraindo a atenção de estudiosos, a questão das relações de gênero, nesse contexto, tem recebido menos atenção nas pesquisas e continua totalmente ausente da pauta dos programas sociais e do seu planejamento, já que a grande maioria dos mesmos continua sendo idealizada sem levar em conta as diferenças entre mulheres e homens.

A exclusão das mulheres, tanto dos programas sociais de combate à pobreza quanto de ações emergenciais contra a seca, pode ser justificada através daquilo que Bachrach e Baratz (in Rua, 1997) conceituam como "não-decisão", em se tratando de políticas públicas. Por meio da expressão "não-decisão", segundo alguns estudiosos, incluem-se determinadas temáticas que, ou ameaçam fortemente os interesses, ou são



Foto: Adélia de Melo Branco

passíveis de contrariar os códigos de valores de uma sociedade (ameaçando os interesses, do mesmo modo), e que, por isso, encontram obstáculos diversos à sua inclusão na agenda governamental. Observa-se a inexistência de uma vontade política para se resolver o problema, o que ameaçaria os ganhos de uma parcela da população que detém bastante poder (Branco, Fischer & Melo, 1999). E, apesar de essas temáticas não estarem ausentes, propositadamente, verifica-se que o elemento feminino persiste, ainda, sem muita expressão nos programas governamentais. Neste sentido, vale ressaltar que um tratamento igualitário, pelo menos aparentemente, dispensado às mulheres e aos homens, em se tratando de políticas públicas, viria a questionar as relações de gênero presentes na Região.

É necessário reiterar, mais uma vez, que os problemas enfrentados pela população residente nas áreas rurais de sequeiro refletem a ausência de políticas públicas que possam implementar, com seriedade, soluções para o fenômeno da seca, mediante um programa ba-

seado em um desenvolvimento sustentável, que contemple, em particular, as necessidades de mulheres e de homens. Tais questões são tão graves, que, para parcela expressiva dessa população, a migração se configura na melhor opção pela própria sobrevivência.

Por outro lado, mesmo o empresariado valorizando bastante a mão-de-obra feminina e utilizando-a preferencialmente à masculina, na fruticultura irrigada da região, ainda que a entrada no mercado de trabalho local torne as mulheres visíveis e independentes financeiramente e que a migração de retorno não se constitua em uma alternativa plausível para elas, não se pode ignorar, em hipótese alguma, a nova esfera de vulnerabilidade à qual as migrantes ficam sujeitas.

O elevado fluxo migratório para Petrolina vem lhes trazer sérios problemas. Um deles, é fruto do excesso de mão-de-obra que passa a residir no município e em seus arredores. Como a região não tem condições de absorver toda a força de trabalho disponível, tal superoferta vem

respaldar a subcontratação, por parte do empresariado, assim como o desemprego, reproduzindo a pobreza de grande parte desse segmento populacional. Por conseguinte, através de um olhar mais aprofundado sobre o contexto pesquisado, percebe-se que o processo de desenvolvimento local beneficia, sobretudo, os empresários, e os mesmos se nutrem das vantagens apresentadas pelo subdesenvolvimento existente nos lugares de origem das migrantes. Assim sendo, passar a viver em

Petrolina não pode ser visualizado, pura e simplesmente, como um fator positivo, como a melhor solução para a população atingida pela seca.

Faz-se necessária a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, destinado ao semi-árido nordestino, como um todo, modelo esse que não contemple, somente, as relações de gênero, porém que se baseie nas necessidades estratégicas de gênero. Dessa forma, mulheres e homens precisam ser ouvidos e atendidos, tendo os seus direitos respeitados. Ressalta-se, novamente, a importância de se realizar estudos e pesquisas, mais aprofundados, sobre alguns elementos que contribuem para aumentar o grau de vulnerabilidade das trabalhadoras: a subcontratação, a exposição aos agrotóxicos, o desemprego com o avançar da idade, e a impossibilidade de obtenção da aposentadoria.

Não resta dúvida: viver em Petrolina é bem melhor do que continuar na terra natal, sem acesso a um trabalho remunerado, dependente do marido/companheiro, sem água para suprir as necessidades básicas, sem perspectiva de mu-

danças de vida, conforme declararam as migrantes. Não obstante, é possível se constatar que, a despeito dos inúmeros aspectos positivos incorporados, hoje, ao seu cotidiano, o contingente de mulheres miseráveis, expulsas das áreas rurais de sequeiro, encontra-se, ainda, a milhões de anos-luz de um possível e sonhado Éden, ou seja, muito distante de obter uma vida digna e, conseqüentemente, cidadã, na região próspera e globalizada do Vale do São Francisco.

*Adélia de Melo Branco e Semira Adler Vainsencher são pesquisadoras da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife.

NOTAS

1. Como áreas de sequeiro denomina-se aquelas áreas, não irrigadas, localizadas no semi-árido nordestino e afetadas pela seca.

2. Este texto se baseia em uma pesquisa mais ampla intitulada "Seca, Mulher e Globalização", financiada pelo IDRC (International Development Research Centre, Canadá), com o apoio, ainda, da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

3. No presente estudo, as autoras conceituam subcontratação como sendo qualquer trabalho efetuado sem vínculo empregatício formal ou, em outras palavras, realizado através da exclusão ao assalariamento. Nessa condição, encontram-se as trabalhadoras diaristas do Sub-Médio São Francisco, as chamadas *avulsas* ou *bóias-frias*, aquelas que recebem por dia de trabalho ou por produção, submetendo-se a contratos curtos e temporários, sem a garantia dos seus direitos trabalhistas.

4. Em se tratando do perfil das migrantes, observou-se o seguinte: as suas idades variavam de 20 a 59 anos, a maioria era analfabeta ou sabia, apenas, assinar o próprio nome, era casada, possuía uma média de 3,2 filhos e tinha uma renda média familiar mensal de R\$ 57,18 (US\$ 30.91). Por suas atividades produtivas, as assalariadas recebiam, por mês, um salário de R\$ 142,00 (US\$76.75) e mais os acréscimos dos abonos de família. As diaristas, por outro lado, recebiam, mediante a sua produção, de R\$ 3,00 a R\$ 12,00 por dia (US\$ 1.62 a US\$ 6.48), podendo ganhar mais que as assalariadas, nos períodos em que havia trabalho disponível. Vale salientar, entretanto, que este tipo de acordo de trabalho é caracterizado pela incerteza, baseando-se na demanda e na oferta de mão-de-obra. Como não existe um vínculo formal entre os empregadores e as diaristas, as mesmas podem passar vários dias, semanas e meses sem conseguir um trabalho. Os dados salariais aqui apresentados se referem ao período de fevereiro de 1999, época em

que foi realizada a pesquisa de campo, quando US\$ 1,00 = R\$ 1,75.

5. Do conjunto de quarenta e quatro mulheres entrevistadas, dezenove eram advindas do Estado de Pernambuco (municípios de Serra Talhada, Serra Nova, Ouricuri, Salgueiro, Trindade, Tacaratu, Dormentes, Afrânio, Exu, São José do Belmonte, Pedra Grande, e da Serra do Araripe); nove eram migrantes do Ceará (municípios de Barros, Juazeiro do Norte, Crato, Mauriti e Boa Viagem); oito vieram do Piauí (municípios de Picos, Jaicós, São Miguel de Tapuia, Oeiras e Ipiranga); quatro vieram da Paraíba (municípios de Cajazeiras, Picuí, Bonito de Santa Fé e Santa Luzia); três eram provenientes da Bahia (municípios de Tapera, Morro do Chapéu e Remanso); e uma era proveniente do Rio Grande do Norte (município de Caicó).

6. A entrevistada se refere ao Programa das Frentes Produtivas, implementado pelo Governo, em períodos de estiagens prolongadas.

7. O referido teste diz respeito ao bom desempenho de algumas atividades, tais como o "raleio" da uva - que significa a poda dos cachos para que as frutas possam alcançar um tamanho maior -, a colheita dos cachos e o empacotamento final, que consiste na devida embalagem das frutas.

8. As trabalhadoras usam sempre o termo "aposento" para se referir à aposentadoria.

9. Conforme declarado pelo(a)s trabalhador(a)s, os empresários utilizam, na Região do Sub-Médio São Francisco, vários produtos fitossanitários, tais como o *dormex*, um inibidor de brotação (cujo princípio ativo é 520SL hidrogenado) e uma série de fungicidas, tais como o *afugan* (pyrazophos), o *ridomil* (metalil + mankozeb), o *curzate* (sinocfanil), o *foro* (mectanidomol), entre outros produtos químicos. Segundo os técnicos da área agrícola, o *dormex*, em particular, por se tratar de produto fitossanitário cujo princípio ativo está relacionado a hormônios, se não for utilizado de forma correta e adequada, poderá acarretar no(a)s trabalhador(a)s efeitos cancerígenos, abortivos ou responsáveis por má formação fetal, esterilizantes, etc. (Compêndio de Defensivos Agrícolas, 1996).

10. Um deles diz respeito ao processo de favelização que as migrantes têm que enfrentar, ao residir na periferia de Petrolina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vanete

(1995) *Ser Mulher num Mundo de Homens*. Vanete Almeida conta sua Vida a Cornelia Parisius. Serra Talhada, SACTES/DED.

ANTUNES, Ricardo

(1997) "Globalização em debate". *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan/abr.

BACELAR, Tânia

(1997) "Herança de diferenciação e futuro de fragmentação". *Estudos Avançados*, vol.

11, n. 29, jan/abr, p.7-36.

BLOCH, Didier

(1996) *As Frutas Amargas do Velho Chico: Irrigação e Desenvolvimento do Vale do São Francisco*. São Paulo, Livros da Terra/OXFAM.

BRANCO, Adélia M.

(2000) *Mulheres da Seca: Luta e Visibilidade em uma Situação de Desastre*. João Pessoa, Editora Universitária.

BRANCO, Adélia M.; FISCHER, Izaura R.; MELO, Lígia, A.

(1999) *A Seca Nordestina de 1998: Dimensões e Características Socioeconômicas - Segmento Gênero*. Recife, SUDENE/Fundação Joaquim Nabuco.

BRANCO, Adélia e VAINSENCHER, Semira A.

(2001) "Trabalhadoras e Agrotóxicos no Semi-Árido Nordestino". Recife, *Cadernos de Estudos Sociais*. (no prelo)

BUARQUE, Cristina & VAINSENCHER, Semira A.

(1998) *Gênero e ONGs: O Trabalho da Pequena Agricultora*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. (mimeo)

CASTRO, Carlos A.P. de & LAZZARI, J. Batista

(2001) *Manual de Direito Previdenciário*. São Paulo, Editora LTR.

CARVALHO, Maria Lúcia G.

(1991) *Les Strategies d'Agro-Industrialization dans le Nordest du Bresil: les industries de transformation des fruits et de la tomate*. Paris, École des Hautes Études Scientifiques.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa

(1997) "Frutas para o mercado global". *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan/abr, p. 79 - 93.

COMPÊNDIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

(1996) s.l. Organização Andrei Editora Ltda, 5ª edição.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

(1998) *Trabalhadores Rurais/ Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande/ PE*. Petrolina, Gráfica Tribuna do Sertão.

GUIMARÃES NETO, Leonardo

(1997) "Globalização, tecnologia e relações de trabalho". São Paulo, *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan/abr, p. 50

GORENDER, Jacob

(1997) "Globalização, tecnologia e relações de trabalho". *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan/abr, p. 311 - 361.

RUA, Maria das Graças

(1997) *Análise de Políticas: Conceitos Básicos*. In: Banco Interamericano de Desarrollo. Washington, D.C.: Instituto latinoamericano para el desarrollo social, INDES, Curso de directivos en diseño e gestión de políticas e programas sociales. (mimeo)

SINGER, Paul (mediador)

(1996) "Globalização e Emprego". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45, julho, p. 133-149.

COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO ENTRE EMIGRANTES BRASILEIRAS

Soraya Fleischer*

EMIGRAÇÃO BRASILEIRA INTERNACIONAL

Como já foi amplamente mostrado pela mídia e pela literatura acadêmica, desde a década de 1970, o Brasil tem apresentado um perfil emigracionista e vem se incorporando ao conjunto das nações que abastecem o mercado primeiro-mundista com trabalhadores braçais. Nas últimas décadas do século, ou no chamado “triênio da desilusão” (Sales, 1999, p.32), o desânimo com as políticas econômicas, a falta de perspectiva de ascensão social e a desesperança foram os principais motivos para a saída dos brasileiros (Assis, 1999, Torresan, 1994, Sasaki, 1999). Assim, a literatura define nossos emigrantes como, prioritariamente, “exilados da crise” ou “refugiados econômicos”.

É importante inserirmos o caso brasileiro no contexto atual das migrações internacionais (Margolis, 1994). Apesar dos brasileiros se distinguirem do padrão do migrante pobre, pouco instruído e pouco qualificado profissionalmente, também estão na condição de migrantes ilegais ou não-documentados e suprem a demanda do mercado secundário e informal. Devido à ilegalidade e ao desconhecimento da língua, eles vão ingressar nos escalões mais baixos da pirâmide de trabalho e constituir uma mão-de-obra subvalorizada, sub-remunerada e

submissa. Os estudos sobre os *dekasseguis* resumem o perfil destas ocupações com os “3K”: *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso) e *kitsui* (penoso) (Sasaki, 1999). Além disso, estes emigrantes se inserem no contexto polêmico e explosivo das medidas restricionistas e xenofóbicas contra estrangeiros.

RECORTE ETNOGRÁFICO

Sempre vemos nos noticiários histórias de brasileiras que deixam o país para limpar casas de norte-americanos e europeus. Por que esta opção é tão recorrente? Esta foi a pergunta que norteou minhas reflexões para a tese de mestrado em Antropologia Social na Universidade de Brasília. Fui até esta realidade para conhecê-la melhor. Durante quatro meses, morei e convivi com 42 mulheres que trabalhavam em Boston, Massachusetts, como *housecleaners*¹, ou melhor, faxineiras (Fleischer, 2000b). A pesquisa que embasa este artigo foi realizada com 70 entrevistas, observações das faxinas e convívio social na comunidade brasileira. A pesquisa etnográfica aproxima e materializa as vozes destas brasileiras.

Neste artigo, pretendo mostrar como, dentro do mercado de limpeza doméstica, estas brasileiras estabelecem ora re-

lações de cooperação ora de competição com suas conterrâneas. Os arranjos de trabalho que vêm criando oferecem material bastante rico para pensarmos como estas relações sociais estão criando a comunidade brasileira dentro do contexto da migração internacional.

COMEÇANDO UM BUSINESS DE HOUSECLEANING

Quando os brasileiros ouvem de seus parentes e amigos que emigraram para os EUA que o salário mínimo é de 5 dólares a hora, fazem as contas e decidem deixar os 180 reais do Brasil, para ganhar, no mínimo, 800 dólares por mês no novo país. Assim que podem, deixam os trabalhos comuns entre migrantes laborais (*baby-sitters*, entregadores de jornal, *dichas*², etc.) para investir em um negócio próprio. O *housecleaning* vem sendo uma escolha recorrente entre as brasileiras em Boston devido a boa remuneração, autonomia, controle do tempo e jornada, a familiaridade e legitimidade do serviço, a segurança de estar dentro de uma casa, o contato com os valores norte-americanos e a pouca necessidade do inglês por se tratar de uma atividade braçal.

Geralmente, a entrada no ramo se dá como funcionária de uma empresa de limpeza, em geral americana, ou como

ajudante de outra brasileira que tem muitas casas para limpar. É nesta fase inicial que ela adquire os conhecimentos básicos sobre limpeza e consegue construir uma pequena poupança. Depois que esta ajudante reúne os pré-requisitos mínimos para trabalhar sozinha, ela deixa a "patroa" e inaugura seu próprio negócio. Portanto, neste momento, ela deve ter carteira de motorista, carro, clientela, léxico mínimo de inglês e da cultura americana e saber fazer faxina.

As entrevistadas frequentemente se definiam como "donas do trabalho", isto é, a *cleaner* que já sobrevive do próprio *business* formado por uma clientela mínima que vai crescendo e se consolidando com sua competência ao longo do tempo. Dona do trabalho é um termo usado para diferenciar a *housecleaner* da cliente, que é a dona da casa.

A COOPERAÇÃO ENTRE DONAS DO TRABALHO

Há várias formas de cooperação entre duas *housecleaners*. Quando uma dona do trabalho tem algum contratempo e não pode limpar suas casas, ela procura uma colega que a substitua. Ela pode fazer isto na véspera ou, de preferência, com alguns dias de antecedência. Antes, porém, ela precisa consultar suas clientes. Caso concordem, ela então repassa chaves e endereços à substituta e lhe ensina como deve ser feito o trabalho. As casas que não aceitarem a substituta terão que ser canceladas e adiadas para a semana seguinte.

Em caso de ausências mais prolongadas, é melhor que, antes de partir, a *cleaner* oficial encontre alguém de confiança e empreste as casas. Isto porque, a oficial não pode correr o risco de voltar de viagem e não ter mais o seu sustento. O repasse é semelhante ao indicado no parágrafo acima. É preciso que fique claro que a substituta não é caracterizada como uma ajudante, mas como a *housecleaner* responsável pelas casas na ausência da oficial. Nestas ocasiões, a substituta tem a oportunidade de apren-

der o serviço e o trato com as clientes americanas, duas condições fundamentais que lhe permitirão, após o retorno da colega, começar seu próprio *business*.

Dois *housecleaners* também podem se auxiliar se uma tiver um *schedule*³ cheio e aceitar passar casas menos interessantes para suas colegas que estejam iniciando seus próprios negócios. "Passar" pode significar dar ou vender o trabalho realizado na casa. Em ambos os casos, a *cleaner* oficial informa sua cliente da descontinuidade do trabalho e que uma colega vai substituí-la. Mas, no segundo caso, esta transferência de posto de trabalho recebe um preço que a nova *cleaner* deve pagar para receber a chave, o endereço, os macetes do serviço e ser apresentada à cliente.⁴

Os depoimentos mostram que um dos motivos mais recorrentes para se emprestar o *schedule* são as férias passadas no Brasil. Somente os migrantes com *green cards*⁵ ou aqueles que não são *overstayers*⁶ podem ir e vir livremente de um país a outro. Se a *housecleaner* titular estivesse indo definitivamente para o Brasil, poderia vender ou dar suas casas porque não estaria pensando em voltar aos EUA. Mas apesar de toda ida ao Brasil reavivar a esperança de poder ficar novamente, esta realidade é incerta e a migrante precisa deixar seu *schedule* de forma que possa retomá-lo se voltar. Empréstá-lo é uma forma de garantir sua fonte de renda nos EUA.

Eugênia⁷ salienta que, em ambos os casos, uma *housecleaner* íntegra precisa ensinar os macetes das faxinas e as manias das clientes para que as três mulheres fiquem satisfeitas: para que a vendedora não tenha seu nome sujo na praça, a compradora consiga ser competente e manter seu novo *schedule* e a cliente continue recebendo um bom serviço. Tanto no empréstimo quanto na venda de casas, a novata espera que a cliente aprove seu serviço, afinal, no primeiro caso, as casas já estão pagas e ela não pode correr o risco de perdê-las. E, no segundo caso, a novata precisa ser

eficiente para manter intacto o *schedule* de sua amiga; no entanto, o efeito desta eficiência pode ser justamente o contrário: a cliente pode preferir a substituta e impedir que a oficial retome a casa. A escolha da cliente é o que vale. No caso do empréstimo que virou uma doação involuntária, o que era, a princípio, cooperação, pode terminar como constrangimento entre as amigas.

Outra alternativa é duas donas do trabalho trocarem serviços. Ao invés de contratar e treinar uma ajudante e correr o risco da cliente não aprovar, de ter algo nas casas roubado ou quebrado e de perder a ajudante assim que ela encontrar um trabalho melhor, Cristina e Carolina preferiram a cooperação mútua. Elas tinham dias com poucas casas e resolveram trabalhar juntas. Na parte da manhã, uma dona do trabalho virava ajudante da outra. E, na parte da tarde, a situação se invertia. Esta saída só funciona para *schedules* menores ou complementares, em termos de horários e quantidade de serviço. E, o mais importante, é preciso haver reciprocidade, porque esta "ajuda" não é paga: o trabalho oferecido à colega deve equivaler ao recebido da mesma e, dentro das casas, elas precisam trabalhar igualmente. Este arranjo é interessante por envolver menos hierarquia e exploração, ingredientes tão presentes na relação típica entre dona do trabalho e ajudante. Reverter imediatamente a subordinação ameniza uma possível distância ou superioridade. E a amizade também ajuda a conter estas desigualdades.

Caso ambas *housecleaners* têm *schedules* grandes demais para trocarem serviços, podem optar por dividir uma ajudante. Assim, a funcionária trabalhará com uma dois dias na semana e os demais com a outra. Este arranjo permite que as duas donas do trabalho dêem conta da demanda de serviço, compartilhem experiências para resolver os conflitos comuns com ajudantes e exerçam maior controle sobre esta mão-de-obra.

A maneira mais comum de cooperação é a sociedade. A maioria das 42 en-

trevistadas tinha sócios. Há três maneiras de uma sociedade ser formada: duas brasileiras podem começar um *business* juntas, podem unir seus negócios ou então uma pode ingressar como sócia de outra, previamente estabelecida no ramo. Estes tipos de sociedade são interessantes por razões diferentes. No primeiro caso, os pré-requisitos de uma *cleaner* serão complementados pelos da outra. No segundo caso, a sociedade resultaria na soma dos dois *schedules*. Já o terceiro caso, ao invés de contratar uma ajudante para dar conta de um *schedule* muito grande, uma boa saída é encontrar uma sócia. Os novatos sempre precisarão aprender as técnicas do ramo enquanto *cleaners* experientes terão que aprender a equilibrar experiências, estilos e expectativas diferentes. Em todos os casos, uma sócia significa a possibilidade de ter mais casas para limpar e mais renda. A vantagem é que não só a renda será dividida, mas, principalmente, tempo, problemas e exigências do ramo.

Uma *housecleaner* não chama qualquer pessoa para dividir um negócio, há uma hierarquia de candidatos. Primeiro ela convida parentes, depois afins e, por último, conhecidos ou, simplesmente, conterrâneos que estejam desempregados. Os interesses e as posições da dona do trabalho e da ajudante são necessariamente diferentes, por isso, é mais comum que parentes comecem como sócios e os demais como ajudantes. À época da pesquisa, encontrei sociedades entre cônjuges, mães e filhos, irmãs, irmãos, primas, tias e sobrinhas e amigas. Ester e Noemi, respectivamente, argumentam porque a sociedade em família é interessante e eficaz:

“A minha mãe nunca quis pessoas de fora, ela sempre quis manter o negócio entre família. Uma porque família tá sempre querendo ajudar um ao outro. Outra porque americano é muito desconfiado, “eu quero saber como vocês vivem”. Americano preserva muito isso. Tanto que a carta que a gente manda diz que a gente trabalha em fa-

mília”.

“Porque os dois sócios já sabem o que precisam ganhar e o trabalho é junto, um depende do outro, então divide com facilidade isso. E quando é um estranho, a pessoa não tem aquele interesse de aprender e fazer bem o trabalho. A pessoa sabe que o dinheiro não vai para o mesmo lugar, então ela não vai ter o mesmo interesse”.

O fato de vários membros de uma mesma família estarem lutando em terras estrangeiras faz do sucesso um objetivo crucial, pois restam poucas pessoas no Brasil com quem contar em caso de prejuízo ou falência. Assim, familiares não estão dispostos a correr riscos e tendem a trabalhar com muito afinco e retidão e a ter mais tolerância com os problemas. Este estilo de trabalho só favorece as clientes americanas; daí seu apreço por sociedades familiares no *housecleaning*.

Dada uma sociedade, vejamos como ela funciona quanto às tarefas e pagamentos. Em geral, a divisão do trabalho é mais justa e flexível e o companheirismo mais corriqueiro do que entre dona do trabalho e ajudante. Ademais, as tarefas são divididas conforme as aptidões e preferências de cada uma: uma sócia pode tratar com as clientes porque domina melhor a língua, enquanto a outra faz a contabilidade porque no Brasil teve experiência similar. Os sócios ganham igualmente, mas aquele que dirige e mantém o carro recebe um acréscimo.

A sociedade pode terminar motivada por problemas de trabalho ou de relacionamento. Discordâncias em termos de estilo, ritmo, expectativas e prioridades fazem, com o tempo, as tensões intoleráveis e a sociedade é rompida. Brigas entre familiares, retornos para o Brasil e desonestidade entre os parceiros são motivos para deixar uma sociedade também. Salette recorda que sua “amiga” e primeira sócia tentou lhe “roubar” o *schedule* porque sabia mais inglês.

Durante o trabalho e nos momentos

de sociabilidade da comunidade brasileira, as clientes são um dos assuntos mais comuns. Trocar experiências sobre o *housecleaning* é muito importante para estas profissionais que, em geral, trabalham sozinhas dentro das casas. Estas informações são fundamentais por incentivarem os primeiros alicerces corporativos do ramo. Estas trocas capacitam estas *cleaners* para limitar a tendência exploradora de suas clientes e amenizar os estranhamentos culturais. Elas trocam informações sobre o mercado (preços, mão-de-obra disponível, concorrências de outras migrantes), tipos de clientes, serviço (produtos e técnicas de limpeza), dicas para o ramo (inglês, gasolina, gráficas para fazer as propagandas), etc.

Além disto, as *housecleaners* se divertem às custas das clientes: “porcarias”, hábitos, roupas, alimentação, etc, encontrados nas casas americanas sempre inspiram os debates mais bem humorados. Jacklyn Cock lembra que “o silêncio ou a chacota secreta em relação aos empregadores talvez possa ser visto como rituais mudos de resistência. Eles envolvem uma forma de adaptação que permite que a empregada mantenha sua personalidade e integridade intactas em um papel inferiorizado” (Cock, 1981, p.74). A vida privada dos americanos motiva estranhamento, piadas e, no plano mais geral, uma aprendizagem acerca da cultura americana e, por comparação, da cultura brasileira.

A COMPETIÇÃO ENTRE DONAS DO TRABALHO

No entanto, freqüentemente, a relação entre donas do trabalho é de rivalidade e, principalmente, de competição. Quando uma *cleaner* conhece o trabalho de outra, ela vai comparar estilos e lucros para saber se seu trabalho está devidamente valorizado ou se precisa usar estas informações para “ganhar” ou limitar o trabalho de sua colega. Vejamos as maneiras pelas quais uma *cleaner* pode conhecer o trabalho alheio e como

estas informações podem ser manipuladas.

As rodas de conversa são o cenário mais comum de avaliação do ramo: “se você vai numa festa e tá num grupinho, o assunto que sai é *housecleaning*. Eu conheço quem limpa bem e quem não limpa pelo jeito que elas falam que faz” (Graça). Depois, uma mesma ajudante pode ter trabalhado para duas *cleaners* diferentes. Sua maneira de limpar indica como era o estilo de trabalho da patroa anterior. Um terceiro meio de conhecer estilos concorrentes é ajudar a ajudante. Isto é, caso a ajudante seja dividida entre duas donas do trabalho simultaneamente, uma delas pode se tornar sua “ajudante” momentaneamente:

“Um dia eu fui ajudá-la a limpar uma dessas casas porque ela tava comigo e a patroa dela tinha ido no Brasil porque o pai tava passando mal. Depois das nossas, eu fui ajudar. Eu fiquei horrorizada. Ela falou, 'Clotilde, em cada cômodo que você entra, não vai passar pano em nada. Você passa o espanador e o vacuum⁸ só no meio'. Nós fizemos a casa enorme com uma hora. A mulher não troca essa Nara por ninguém. É a limpeza que ela conhece. Essa menina me ajuda três vezes na semana, só que ela ajuda outra pessoa dois dias. Ela não se conformava e me dizia, 'com a Nara, eu limpo seis casas no dia, com você eu não consigo limpar tudo isso!'” (Clotilde)

A quarta forma é uma dona do trabalho ajudar outra. Clotilde, madrastra de Gláucia, foi ajudá-la e relata a experiência:

“A Gláucia falou, 'Clotilde, pelo amor de deus, toda vez que a gente limpa aquele abajur ali, a cliente faz a minha mãe voltar de novo'. Fui lá e limpei. Como elas limpam eu não sei porque eu não perguntei. Nesse dia a mulher não mandou voltar. O tempo inteiro a mulher olhando para mim. Limpei tudo e fomos embora. Passou uns dias, a Gláucia falou, 'Clotilde, agora aquela mulher tá querendo que você vai sem-

pre comigo. Não quer que a minha mãe vai não. Minha mãe falou que isso não pode porque você tem as suas casas. Foi a primeira vez que não precisou voltar para limpar o abajur dela.'”

Ao contrário do exemplo anterior em que a cliente de Nara não a deixaria por nenhuma outra *housecleaner*, a cliente de Gláucia ficou impressionada com Clotilde. Se uma dona do trabalho achar que seu trabalho é superior, ela pode voltar e propor àquela cliente mais trabalho por um preço menor. Clotilde poderia tentar “roubar” ambas as casas: não teria êxito com a primeira cliente, mas seria certo que a segunda cliente deixaria Gláucia e sua mãe.

Uma quinta forma de conhecer o trabalho de outras *cleaners* é pela substituição temporária ou permanente. Quando uma *cleaner* empresta, dá ou vende seu *schedule* para outra brasileira, esta vai notar como o trabalho era feito.

Como é seu objetivo, a propaganda anuncia o trabalho. Os *flyers*⁹, cartões e cartas distribuídas nas casas americanas indicam preço, tipo de serviço e contatos da proponente. Algumas *cleaners*, como Salete, eliminam qualquer concorrência antes que suas clientes a vejam. Eva reage ao contrário: “Os cartõezinhos que eu acho deixo no mesmo lugar. E o respeito pelas minhas colegas? Se eu consegui por cartão por que elas não podem conseguir? Não tem nada a ver, isso aqui é um campo profissional aberto a todos, ganha quem é melhor”. A concorrência pode desestabilizar a relação entre cliente e *cleaner* ou, ao contrário, confirmar a opinião da primeira e o mérito da segunda. A propaganda pode ser oral e direta:

“Há uns seis ou sete meses, no verão que passou, a cliente tava brincando com os meninos na frente da casa e passou um carro com uns brasileiros, um homem e uma mulher. Eles perguntaram se ela precisava de uma *housecleaner*. Ela falou que não, que ela já tinha. Eles perguntaram quanto que ela paga. Ela falou, '100 dólares'. 'Nos-

sa, é muito. Eu faço a sua casa por 40 dólares'. Ela riu e falou, 'não, eu gosto muito de quem limpa a minha casa'. Ela virou para mim e contou”. (Eunice)

Ou ainda, a propaganda pode ser a própria prática. Muitas *cleaners* fazem o *free estimate*, isto é, conhecem a casa da potencial cliente e anunciam o preço ou, nesta mesma visita, dão uma amostra do trabalho. Alice e sua mãe, Ângela, limpavam uma casa por 70 dólares. Um dia, Ângela encontrou, na porta da geladeira, um *flyer* de outra *cleaner* oferecendo a limpeza por 55 dólares. As sócias perceberam como era o trabalho da concorrente não só pelo preço cobrado, mas, sobretudo, pela limpeza realizada. E o fato da cliente não ter dispensado mãe e filha, fez Alice concluir que a cliente além de preferir seu trabalho passou a valorizá-lo ainda mais.

Conhecer a concorrência é importante para saber se o próprio trabalho está dentro das margens ideais de lucro, serviço e tempo. A partir daí, a *housecleaner* decide se deve oferecer um trabalho padronizado ou acoplar um diferencial para desbancar a concorrência. Este diferencial pode compreender a quantidade e/ou a qualidade das tarefas, o preço e a relação com a cliente.

Ao conhecer a concorrência, a *housecleaner* pode simplesmente valorizar seu próprio trabalho ou pode tentar limitar esta concorrência de variadas formas. Como foi adiantado acima, ela pode “roubar” casas alheias, pode destruir propagandas que encontra, pode difamar seu nome, pode passar casas problemáticas propositadamente para que ela desanime do ramo, pode boicotar a concorrente sonogando informações sobre o ramo ou evitando lhe “dar” casas quando precisa aumentar seu *schedule*.

No final, a concorrência limita a diversidade de estilos de faxina oferecidos. O medo de serem substituídas por *cleaners* brasileiras ou, em geral, russas, hispânicas, orientais, que, por menos fazem bem mais, é grande e intimida qualquer resistência às vontades extra-

vagantes das clientes. Com isso, a clientela deixa que as forças do mercado regulem as condições de trabalho e se exime, convenientemente, das negociações. Este mesmo medo é o que gera a rivalidade entre compatriotas e resulta em variados golpes, práticas justificadas unicamente em prol dos objetivos individualistas da migração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu ilustrar a possibilidade de interações cooperativas e competitivas entre duas brasileiras numa relação horizontal, isto é, com papéis e *status* similares no *housecleaning*. As relações entre duas donas do trabalho se assemelham aos arranjos entre duas ajudantes ou duas clientes, isto é, há **sempre** duas possibilidades de interação. Elas se auxiliam ou concorrem em prol do trabalho e/ou em relação a um terceiro personagem. Enquanto que, as relações entre cliente e dona do trabalho (Fleischer, 2000a), cliente e ajudante e dona do trabalho e ajudante são todas verticais, hierárquicas e desiguais. O espaço para negociação é menor, a frustração e o rompimento são mais comuns e drásticos e as chances de antagonismo são mais imediatas. Esta verticalidade se atenua um pouco quando duas partes se unem para fazer frente à dominação de uma terceira. É muito comum dona do trabalho e ajudante boicotarem conjuntamente uma cliente discriminadora, bagunceira ou mal pagadora, por exemplo.

Em Boston, havia exemplos de atmosferas de trabalho tranqüilas tanto com clientes, sócias, concorrentes e subordinadas. Isto dependia do estilo de trabalho, do momento do *schedule* e dos objetivos da migração. Em geral, nos primeiros anos, os migrantes competem em "busca do ouro" (Sales, 1999).

Acredito que, assim como outros grupos étnicos, quando a comunidade brasileira se estabelecer economicamente e tiver sua identidade cultural mais consolidada, vai constituir realmente

uma comunidade étnica. Então, a coesão e a coerção social serão mais intensas e a solidariedade uma consequência possível. Ao contrário de outras nacionalidades, os brasileiros, até o final de século, não haviam tido experiências como emigrantes internacionais e, portanto, no momento, estão, não só construindo a história destas trajetórias, como também o significado da palavra migrante. E o cenário multiétnico em que os EUA vêm se transformando será um contraponto fundamental para esta comunidade brasileira se espelhar e compreender. Assim, talvez, os emigrantes brasileiros, desafiados pelo cosmopolitanismo e pelas novas relações de trabalho, estejam encabeçando a criação de uma nova vertente da identidade brasileira onde coletividade, cooperação e, quiçá, solidariedade ganhem novos significados. Talvez seja olhando para o Brasil lá de fora que o Brasil aqui de dentro encontre soluções mais criativas para seus tantos problemas.

* Soraya Fleischer é antropóloga e pesquisadora da ONG socioambiental Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN).

NOTAS

1 - Pelo fato das entrevistadas, e dos brasileiros em geral, falarem um português repleto de palavras e expressões em inglês ou adaptadas do inglês, optei por reproduzir o mais fielmente possível este *mélange* linguístico e incorporar os termos ao texto. Estes estarão em itálico enquanto a ênfase estará em negrito.

2 - *Baby-sitter* é babá de crianças e *dishwasher* é quem lava pratos num restaurante ou bar (o termo foi aportuguesado na comunidade brasileira como "dicha").

3 - Grade horária semanal sobre a qual, no caso do *housecleaning*, são organizadas as casas a serem limpas.

4 - Esta prática foi observada e comentada por outros autores também. Para maiores detalhes e curiosidades, ver Martes (2000), Fleischer (2000b), Margolis (1994), Ribeiro (1998).

5 - Documento expedido pelo *Immigration and Naturalization Service (INS)* que permite a permanência legal e continuada de estrangeiros nos EUA.

6 - Migrante que permaneceu no exterior após a data de validade do seu visto de turista que, no caso brasileiro, geralmente é concedido por três meses.

7 - Os nomes das entrevistadas são fictícios para garantir a privacidade e a segurança destas migrantes, muitas vezes ilegais em solo norte-americano e temerosas desta situação vulnerável e desconfortável.

8 - *Vacuum cleaner* ou, abreviadamente, *vacuum* é aspirador de pó.

9 - Panfleto de divulgação de algum evento ou serviço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira
(1999) "Estar Aqui, Estar Lá: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA". In: REIS, R. Rocha e SALES, Teresa. *Cenas de um Brasil migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial, p.125.
- COCK, Jacklyn
(1981) "Disposable nannies: domestic servants in the political economy of South Africa". *Review of African Political Economy*, n. 21, maio-setembro.
- FLEISCHER, Soraya
(2000a) "O trabalho de emigrantes brasileiras: conflitos entre *housecleaners* brasileiras e suas clientes americanas". *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 167.
- FLEISCHER, Soraya
(2000b) *Passando a América a limpo: O trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, PPGAS/ Universidade de Brasília.
- MARGOLIS, Maxine
(1994) *Little Brazil*. Princeton, Princeton University Press.
- MARTES, Ana Cristina Braga
(2000) *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra.
- RIBEIRO, Gustavo Lins
(1998) "O que faz o Brasil, *Brazil*: jogos identitários em São Francisco". *Série Antropologia* n. 237, Universidade de Brasília.
- SALES, Teresa
(1999) *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo, Editora Cortes.
- SASAKI, Elisa M.
(1999) "Movimento *dekassegui*: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão". In: REIS, R. Rocha e SALES, Teresa. *Cenas de um Brasil migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 243.
- TORRESAN, Angela Maria de Souza
(1994) *Quem parte e quem fica: uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, PPGAS/ Museu Nacional, UFRJ.

MULHERES IMIGRANTES NO JAPÃO

Lúcia E. Yamamoto*

Atualmente, vivem no Japão 1.556.113 estrangeiros registrados nas prefeituras, cerca de 1,23% da população total japonesa. A maior parte deles vive nas grandes metrópoles como Tóquio, Osaka, Aichi, onde se concentram os grandes centros industriais, de serviços e de consumo. Se incluirmos os overstayers (indocumentados) a essa população estrangeira, teríamos que acrescentar aproximadamente 300 mil pessoas, de acordo com o levantamento realizado por Yamawaki (1995, p.24). Os últimos dados publicados pela Japan Immigration Association (2000) revelam que a maior comunidade estrangeira no Japão atualmente é a coreana com 40.9% da população estrangeira total, seguida da chinesa (18.9%) e a brasileira (14.4%). Fazendo um levantamento de quantas são as mulheres, os dados apontam para 51.9% do total de estrangeiros que estão legalmente no Japão. Analisando detalhadamente os números de mulheres nas três maiores comunidades, temos os seguintes dados (vide Tabela 1). Nos últimos anos, a população feminina asiática tem sido a mais numerosa de todas. Em 1999, as mulheres coreanas e chinesas contabilizam mais de 50% da sua população total, e as mulheres filipinas chegavam a totalizar 85% da população de filipinos no Japão. Podemos verificar uma tendência parecida na população brasileira. Desde a promulgação da reforma da Lei de Imigração em 1990, houve um certo aumento na população masculina, mas nos anos se-

guintes diminui gradativamente. Enquanto isso, a população feminina aos poucos chega a se equiparar à masculina. Que explicação podemos dar ao aumento dessa população feminina no processo migratório internacional rumo ao Japão? Qual a posição que essas mulheres estrangeiras ocupam dentro da sociedade japonesa?

O presente estudo pretende, através da apresentação dos casos das mulheres que pertencem a essas três maiores comunidades estrangeiras, analisar as funções que elas ocupam na sociedade receptora. Os estudos relacionados à migração feminina são críticos quanto ao pouco caso que se faz da presença feminina no processo migratório. Mesmo os pesquisadores que apontam para a feminização desse processo, dedicam pouca atenção para a sua importância (Kofman, 1999, p.269). Quando são consideradas neste processo, as mulheres são vistas como dependentes de familiares ou então consideradas somente

dentro do papel que ocupam na esfera privada (Kofman, 1999, p.270). Neste estudo, vamos tentar demonstrar que, mesmo respondendo às expectativas familiares, as mulheres participam ativamente nesse processo migratório, atuando como força de trabalho dentro da sociedade receptora.

AS MULHERES ASIÁTICAS NO JAPÃO

Inciaremos por discutir a questão das mulheres asiáticas no Japão. Para falarmos delas, não podemos deixar de citar a condição ilegal em que uma parcela delas se encontra. Estar na ilegalidade significa que o estrangeiro entra no país clandestinamente, ou então com um determinado visto, geralmente o de turista, e exerce atividades que não são permitidas por esse status. Os estrangeiros geralmente entram no Japão com vistos que especificam a finalidade pela qual estão entrando no país. Uma exceção são os estrangeiros que entram com vistos

Tabela 1 Porcentagens de Homens e Mulheres registrados nas prefeituras japonesas, segundo a nacionalidade

	1989		1990		1998		1999	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Coreanos	50,1	49,9	49,5	50,5	48,2	51,8	48,0	52,0
Chineses	53,5	46,5	52,7	47,3	46,0	54,0	44,7	55,3
Brasileiros	54,1	45,9	62,5	37,5	55,2	44,8	55,3	44,7
Filipinos	12,1	87,9	11,9	88,1	14,9	85,1	15,1	84,8

Fonte: Japan Immigration Association (1990-2000)



Conjunto Habitacional onde vivem os brasileiros / Cidade de Soja, Província de Okayama.

de permanência, de permanência temporária, ou ainda de esposas ou filhos de japoneses, como é o caso dos latino-americanos descendentes de japoneses e os estrangeiros casados com japoneses. O tipo de visto com o qual os estrangeiros entram no país de certa maneira define de antemão as possíveis atividades que estes podem exercer, à exceção dos últimos vistos citados acima, que permitem exercer qualquer atividade no Japão.

Outra forma ilegal de permanência é aquela na qual, apesar de se ter o visto adequado à atividade que se executa, permanece-se no país além do prazo permitido (*overstayers*). Há dez anos, o que se verificava nos casos das mulheres chinesas, filipinas é que elas entravam com o visto de turistas e permaneciam no Japão trabalhando ilegalmente como *entertainers* (Yamawaki, 1995, p.12). Alguns anos mais tarde, as coreanas do sul vêm engrossar o número de ilegais, também trabalhando como *entertainers*. Com a reformulação da Lei de Imigração Japonesa, aumenta o número de coreanas do sul, filipinas e chinesas *overstayers*. Uma parte delas vêm com o visto de *entertainers* (entretenimentos), que permite permanecer no país

de três meses a no máximo um ano. Parte delas, que ultrapassou esse tempo de estadia, entrou na ilegalidade.

Relacionados a essa questão, devemos ainda citar casos de mulheres asiáticas que se casam com japoneses, como uma forma de permanecerem legalmente no país, obtendo assim o visto de permanência, que lhes permite executar qualquer tipo de atividade no Japão. Obviamente, isso não significa dizer que todas as mulheres asiáticas casadas com japoneses passaram por esse mesmo processo. Há vários outros casos em que, agricultores japoneses solteiros que não encontram parceiras no Japão, vão aos países do leste asiático, principalmente Filipinas, Tailândia, Coreia do Sul, à procura de esposas. Há casos em que o próprio governo local desses vilarejos no Japão, onde há falta de mulheres pretendentes aos agricultores, juntamente com as agências matrimoniais, dão o respaldo para que essa união se concretize (Shukuya, 1989, p.40). O caso mais conhecido é o do vilarejo Nishimurayama, na província de Yamagata, região norte do Japão. Depois de tentativas frustradas de atrair japonesas para essa região agrícola, o governo local decidiu organizar o *omiai*

(união) entre mulheres filipinas e agricultores japoneses. A agência de matrimônio se encarregava de selecionar as pretendentes ao casamento nas Filipinas, enquanto a prefeitura local fazia a seleção dos futuros maridos. Para a realização desse *omiai*, os noivos japoneses passavam uma semana nas Filipinas escolhendo sua futura esposa, dentre as candidatas pretendentes ao casamento. Uma vez concretizada a união, o noivo retorna ao Japão, enquanto a noiva permanece nas filipinas preparando-se para no mês seguinte acompanhar o marido ao Japão, onde passará a viver junto com os sogros. Essas uniões repercutiram nas demais regiões agrícolas japonesas, que passaram também a adotar essa mesma política, recebendo não só esposas filipinas, mas também chinesas e coreanas.

As mulheres coreanas que atuam nas áreas de serviços, geralmente trabalham dentro da comunidade étnica coreana (comunidade Zainichi) existente no Japão. Pode-se dizer que a existência dessa mesma comunidade é a rede que liga os trabalhadores coreanos ao Japão (Moon, 1995, p.83). Quanto às chinesas, a maior parte delas trabalha nas fábricas, como operárias. O mesmo não acontece com as filipinas, que na sua grande maioria estão na área de serviços, mais especificamente trabalhando como *hostess* (Kajita, 1994, p.67).

O CASO DAS MULHERES BRASILEIRAS

Quanto às brasileiras, vamos primeiramente contextualizar como se deu o início desse processo de emigração, ou então o fenômeno denominado "dekassegui". Em meados da década de 80, através da mídia japonesa, temos informações do início das emigrações de nikkeis brasileiros rumo ao Japão (Jornal Yomiuri Shinbun, 1988). Os primeiros a emigrarem são os próprios imigrantes japoneses (Issei), geralmente os que vieram ao Brasil após a II Guerra Mundial (Mainichi Shinbun, 1990, p.225-

231), e nikkeis que possuíam dupla nacionalidade; japonesa e brasileira. São eles os primeiros brasileiros de kasseguis a executarem os trabalhos braçais rejeitados pelos japoneses; trabalhos esses considerados 3Ks (*kiken*: perigoso; *kitsui*: árduo; *kitanai*: sujo) que lhes rendiam um alto salário se comparado ao do Brasil. Verificamos, nesse primeiro período de emigração, a presença também de uma parcela de mulheres imigrantes japonesas (Isseis) e nikkeis brasileiras trabalhando como assistentes de enfermagem (*Tsukisoi*) nos hospitais (Shinozuka, 1991, p.42). A falta de mão-de-obra feminina para esse tipo de trabalho considerado árduo e pouco requisitado pelos japoneses é preenchida por elas e por algumas mulheres asiáticas. A entrada das mulheres brasileiras nesse setor deveu-se à implantação de um aparato legal que as permitiu trabalhar legalmente nos hospitais japoneses (Shinozuka, 1991, p.40-41). Como assistentes, as mulheres nikkeis chegaram a ter um ganho médio de 300 a 320 mil ienes mensais (em torno de 2.400 a 2.500 dólares) cumprindo, em média, dez horas de trabalho diárias (incluindo duas a três horas de extras). Este serviço era voltado aos cuidados básicos dos enfermos em tempo integral, chegando as assistentes a pernoitar nos hospitais. Segundo levantamento feito por

Shinozuka, essas mulheres nikkeis tinham em média de 50 a 60 anos, sendo a maioria delas casadas. Através do trabalho desenvolvido por Mori, K. (1995, p.565) podemos verificar que uma parte dessas mulheres é de origem rural, da região norte do Brasil, Tomé-Açu (PA), onde a maioria dos imigrantes japoneses e seus descendentes são agricultores. A emigração das mulheres garantia um ganho alto às famílias, permitindo que os chefes de família continuassem no Brasil desenvolvendo o trabalho na lavoura.

Ainda neste mesmo período, temos informações de mulheres nikkeis que entraram no Japão com o visto de estagiárias na área de Cultura e Agricultura, que na realidade, antes de ser um estágio, era uma maneira formal de trazer pretendentes para se casarem com os japoneses agricultores (Maeyama, 1990, p.4). Os custos do estágio ficavam a cargo das famílias japonesas que as recebiam. As estagiárias, por sua vez, deveriam ter idade entre 18 a 25 anos, ser solteiras e possuir conhecimento da língua Japonesa (Shukuya, 1989, p.89). Neste mesmo período, nos vilarejos mais despovoados do Japão onde havia falta de mulheres para se casar com os agricultores japoneses, as famílias recebiam esposas filipinas, chinesas, coreanas como foi citado acima.

Em Junho de 1990, quando é promulgada a reforma da Lei de Imigração Japonesa, aumenta significativamente o número de nikkeis de kasseguis. Neste segundo período de emigração, há o aumento no número de emigrantes nikkeis acompanhados de esposas e filhos. Segundo os dados estatísticos da Japan Immigration Association, em 1990, o número de crianças brasileiras na faixa de 0-14 anos registrado nas prefeituras japonesas era de 2.682. Este número, em 1992, passa para 12.326. Nas regiões onde há grande concentração de brasileiros, as prefeituras locais começam a oferecer serviços em português, facilitando o acesso às informações relacionadas ao dia-a-dia. Nas escolas públicas passaram a ser oferecidas aulas de reforço às crianças brasileiras que não têm proficiência em japonês (Watanabe, 1995, p.610). Verificamos neste período um aumento no número de mulheres brasileiras operárias (Japan Immigration Association 1990-2000). As esposas que acompanham os maridos nikkeis brasileiros, mesmo não sendo descendentes, também adquirem o visto legal para trabalhar em serviços desqualificados restritos aos japoneses.

Em 1993, com a economia japonesa em crise, as indústrias (de automóveis, componentes eletrônicos) iniciam medidas de cortes de funcionários, dimi-

Tabela 2 - Porcentagem de brasileiros no mercado de trabalho japonês, conforme sexo

Ano	Homens			Mulheres		
	com empregos	sem colocação	total	com empregos	sem colocação	total
1989	28,0	72,0	100,0	14,7	85,3	100,0
1990	68,0	32,0	100,0	58,2	41,8	100,0
1992	78,2	21,8	100,0	65,3	34,7	100,0
1994	80,2	19,8	100,0	64,9	35,1	100,0
1996	72,0	28,0	100,0	49,3	50,7	100,0
1998	75,7	24,3	100,0	57,5	42,5	100,0
1999	75,3	24,7	100,0	56,7	43,3	100,0

Fonte: Japan Immigration Association (1990-2000)

Obs: Nesta tabela também estão incluídas a população masculina e feminina

Tabela 3 - Tipo de serviço realizado pelas trabalhadoras brasileiras

	1988	1990	1992	1994	1996	1998	1999
Operárias	25,3	79,0	76,5	73,5	79,0	83,0	83,6
Artistas (músicos, dançarinas, designers, fotógrafos, etc.)	6,4	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Serviços (vigias, empregadas, zelador, hotelaria, etc.)	23,1	5,4	9,12	10,5	7,0	5,0	4,7
Escritório (serviço geral de escritório, datilógrafos, etc.)	22,1	10,6	9,0	10,0	9,0	7,6	7,1
Geral (carregadores, limpeza, entregadores, etc.)	0,7	2,4	3,5	3,5	2,9	2,3	2,2
Outros	22,4	2,1	1,8	2,4	2,0	2,0	2,3
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Japan Immigration Association (1990-2000)

nuem as horas-extras, fazem poucas contratações ou às vezes nem chegam a contratar novos funcionários, atingindo também os trabalhadores brasileiros emigrantes. Através da tabela 2, podemos deduzir que o aumento de brasileiros sem ocupações em 1996 possa estar relacionado a essa crise econômica japonesa. As empresas que até então ofereciam fartas vagas de trabalho, são mais seletivas nas novas contratações. Os nikkeis e esposas que antes conseguiam trabalho com facilidade, começam a ter dificuldades em encontrar novos empregos. As empresas passam a contratar homens na faixa de 20 a 45 anos, com bom conhecimento da língua japonesa e boa habilidade no trabalho (Mori, 1995, p.511). Observando a tabela 3, nota-se neste período um aumento de mulheres brasileiras nos setores de serviços, trabalhando como *caddy* em campos de golfe, como auxiliar de enfermagem, em hotelaria ou ainda como empregadas domésticas. Nos anos seguintes, 1997-1999, as mulheres começam gradativamente a ocupar os setores da indústria. Em 1999, 84% da população feminina brasileira executa serviços em fábricas como operárias. Vale lembrar que, em 1999, o governo japonês



Mães brasileiras casadas com japoneses passeando com os filhos.

Foto: Lúcia Yamamoto

reformula a Lei de Igualdade e Oportunidade de Empregos a Homens e Mulheres que dá direitos iguais aos trabalhadores de ambos os sexos, equiparando o salário das mulheres ao dos homens, o que permitiu a elas o acesso ao trabalho noturno, período em que se tem gan-

hos mais elevados (International Press, 1999). Isto acaba se tornando um atrativo para as mulheres procurarem pelos trabalhos em fábricas, uma vez que, dos serviços desqualificados, este é um dos setores onde se tem os melhores salários.

AS MULHERES NO MOVIMENTO INTERNACIONAL

Quando se discute a questão das mulheres no processo migratório internacional, à mulher é reservado o lugar de acompanhante de familiares, havendo uma tendência de considerá-las passivas nesse processo. Ao que pudemos constatar nos casos apresentados, muito pelo contrário, elas participam ativamente neste processo sendo limitadas pelas políticas de imigrações (concessão de vistos) adotadas pelo Japão, como no caso das asiáticas. Como pudemos verificar, grande parte das filipinas que não possuem o visto de permanência ou permanência temporária, ou ainda de esposas de japoneses, acabam por trabalharem nas áreas de serviços como *hostess*, ou então de entretenimentos como dançarinas.

Mesmo nos casos dos vistos que não restringem as atividades a serem exercidas, como no caso das brasileiras, grande parte delas trabalha nos setores onde há falta de mão-de-obra desqualificada, preenchendo vagas deixadas pelas mulheres japonesas (Kajita, 1994, p.14). Pode-se dizer que, assim como os trabalhadores estrangeiros, as mulheres estrangeiras também ocupam os setores secundários do mercado de trabalho japonês.

Analisando o tipo de trabalho executado pelas trabalhadoras brasileiras, coreanas, chinesas e filipinas, podemos dizer que há nítidas diferenças entre elas. Muito diferentemente das filipinas, a maioria das mulheres brasileiras, chinesas e coreanas trabalham ou em fábricas, ou nos setores de serviços. Poderíamos deduzir que a existência de uma comunidade estruturada dentro do Japão estaria servindo de pólo catalizador de mão-de-obra. Como vemos no caso das chinesas e coreanas, apesar delas terem os vistos limitados como no caso das filipinas, a grande maioria não executa serviços na área de entretenimentos. Já no caso das trabalhadoras brasileiras, o

fato de poderem optar por trabalhos mais rentosos, como em fábricas, torna os serviços dentro da comunidade menos atrativos.

Apesar das condições adversas que atingem as mulheres trabalhadoras estrangeiras, percebemos que, nesses últimos anos, sua presença tem crescido no Japão. Segundo Kajita (1994, p.135), no caso das mulheres filipinas, embora muitas delas estejam cientes das condições de trabalho, elas optam por migrar como uma estratégia para sustentar a família deixada no país. Mesmo no caso das uniões dos agricultores japoneses com mulheres asiáticas, elas podem ser consideradas como uma estratégia por parte das mulheres de melhorar as condições de vida da família. Enquanto que, para os homens, é uma forma de manter o sistema familiar japonês (Shukuya, 1989, p.103).

Em um trabalho qualitativo realizado por Toma, (1996, p.83) com algumas mulheres nikkeis brasileiras, chegou-se à conclusão de que, num primeiro momento, as motivações mais importantes que as levam a emigrar ao Japão são as econômicas e que estas fazem parte de um projeto familiar. No decorrer do processo migratório, outras motivações são explicitadas e as de natureza econômica podem perder o seu lugar determinante. Ou seja, com o tempo, as mulheres descobrem diferentes projetos e desejos individuais. Em consequência disso, a emigração para o Japão se torna um meio para a concretização desses novos desejos, muitas vezes em detrimento dos objetivos iniciais.

* *Lúcia E. Yamamoto é Doutoranda em Psicologia Social pela Tohoku University, Japão.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION

Zairyu Gaikokujin Tokei (1990-2000).

KAJITA, T.

(1994) *Gaikokujin rodosha to nihon*. NHK books 698, Nihon Hoso Shuppan Kyokai, pp. 54-146.

KOFMAN, E.

(1999) "Female 'Birds of Passage' a Decade Later: Gender and Immigration in the European Union". In: *International Migration Review*, vol.33 (2), pp. 269-299.

MAINICHI SHINBUM

(1990) *Jipangu - Nihon o mezasu gaikokujin roudousha*. Mainichi Shinbum, pp. 223-246.

MAEYAMA, T.

(1990) "Nikkei Gaikokujin roudousha no sono go - nihon kokumin towa nanika". *Kokusai jinryu*, pp. 2-6.

MOON, O.

(1995) "Migratory Process of Korean Women to Japan". In: *International Female Migration and Japan: Networking, Settlement and Human Rights*, International Peace Research Institute, Meiji Gakuin University, pp. 69-86.

MORI, K.

(1995a) "Nikkei shudanchi ni totte no [dekasegi] no motsu imi". In: *Dekasegi Nikkei Burajirujin - Ronbun hen*, Masako Watanabe (ed.), Akashi Shoten, pp. 547-584.

MORI, K.

(1995b) "Burajiru kara no Nikkeijin dekasegi no tokucho to sui". In: *Dekasegi Nikkei Burajirujin - Ronbun hen*, Masako Watanabe (ed.), Akashi Shoten, pp. 491-546.

WATANABE, M.; ISHI, Angelo

(1995) *Nikkei Burajirujin [dekasegi] no yukue*. In: *Dekasegi Nikkei Burajirujin - Ronbun hen*, Masako Watanabe (ed.), Akashi Shoten, pp. 607-625.

SHINOZUKA, E.

(1991) "Tsukisoifu to shite hataraku Nikkei Burajiru fujin: gaikokujin rodo tono kanren wo saguru". In: *Keizai no Henka to Rodo Shijo: Gaikokujin Rodosha no Ukeire to Nihon nfo Rodo Shijo*, Koyo Sokushin Jigyodan, pp. 38-57.

SHUKUYA, K.

(1989) *Ajia kara kita hana yome - mukaeru gawa no ronri*, Akashishoten.

TOMA, C.

(1996) *Uma experiência feminina nikkei: um olhar sobre a subjetividade no processo migratório*. Monografia não publicada, Londrina.

YAMAWAKI, K.

(1995) "An overview of the influx of Foreign Workers to Japan". In: *International Female Migration and Japan: Networking, Settlement and Human Rights*, International Peace Research Institute, Meiji Gakuin University, pp. 9-28.

Jornais

- INTERNATIONAL PRESS "Mudança na lei muda o perfil de kassegi", 17/04/1999.

- YOMIURI SHINBUM "Burajiru no Nihonjin - shunyu o motomete kaigai ryushutsu", 18/10/1988.

IMIGRAÇÃO NO CANADÁ

SELEÇÃO E CONTROLE DE ENTRADAS

Soraia Maria do S. C. Vidal *

“Ninguém emigra sem a promessa de algo melhor. No passado, lendas e boatos compunham a mídia da esperança. A Terra Prometida, a lendária Atlântida, El Dorado ou Novo Mundo fornecem as histórias mágicas que motivaram muitos a partir. Hoje o sonho chega através das imagens da mídia global até o mais remoto povoado do mundo em desenvolvimento. Essas imagens contêm menos substância, menos realidade do que mesmo a mais fantástica das lendas de outrora; no entanto seus efeitos são incomparavelmente mais poderosos. A publicidade, que nos países ricos de onde provém é facilmente percebida como sinal vazio, sem referente real, tem no Segundo e Terceiro Mundo o peso de uma descrição confiável de um modo de vida possível.” (Enzensberger, 1993: 95)

Historicamente¹, o povoamento do Canadá se associa a grandes fluxos de imigrantes, com origens em várias partes do mundo, configurando-se um expressivo “mosaico multicultural”. Na composição da população do Canadá a participação do imigrante sempre foi expressiva. Este país, os Estados Unidos e a Austrália se declaram abertamente favoráveis ao estabelecimento de imigrantes, e são os países com maior número de imigração. As suas populações foram formadas a partir da imigração europeia, quando se tornaram colônias britânicas, com ampla dispensa das comunidades aborígenes, abrigando hoje imigrantes de diferentes partes do mundo.

Especificamente no que se refere aos fluxos migratórios em direção aos mesmos e às políticas de imigração implantadas, destacam-se sucessivas mudanças definidas a partir da década de sessenta, que ampliaram as possibilidades para o ingresso de novos contingentes de imigrantes e contribuíram para o aumento significativo da participação de imigrantes com origem nos países em desenvolvimento e asiáticos, em especial. A redução das barreiras étnicas e raciais envolveram aspectos de ordem econômica, política e social, desta-

cando-se a ação do Estado que, buscando atender demandas específicas, estabelece políticas favoráveis ou não à entrada de novos imigrantes em seu território.

Como já é aceito, o aumento das migrações nos dois últimos séculos associa-se, essencialmente, à expansão do capitalismo no mundo moderno, da qual se sobressai a internacionalização da economia. A mobilidade do capital, independente de barreiras nacionais, e sua livre movimentação, atrai mão-de-obra sem preferências por raça ou nacionalidade. A conquista do “Novo Mundo” pelo “Velho Mundo” representou um marco na história dos deslocamentos populacionais, e também a emergência das migrações voluntárias no mundo moderno, que se expandiram de forma crescente.

De maneira geral, associa-se a migração voluntária às respostas dadas frente às desigualdades econômicas e sociais entre países e à adoção de modelos educacionais, nos países-origem, que estimulam a mobilidade da força de trabalho (“fuga de talentos”), além, é claro, da chamada revolução das telecomunicações, que torna familiar os padrões de consumo, particularmente os modelos apresentados nas programações de TVs. Cabe citar também o aumento da renda familiar, que permite o

projeto de uma viagem internacional e outros custos iniciais da imigração e, finalmente, a configuração de redes sociais que assumem uma importância crescente nos fluxos populacionais recentes. (Enzensberger, 1993)

Especificamente no que se refere aos fluxos migratórios em direção aos três países já citados e às políticas de imigração implantadas, destacam-se sucessivas mudanças definidas a partir da década de sessenta. Tais mudanças ampliaram as possibilidades para o ingresso de novos contingentes de imigrantes e, de forma crescente, associam-se às oportunidades e necessidades de trabalho. Assim, em períodos de prosperidade abrem as suas portas para a imigração documentada e fecham os olhos para a imigração irregular/não documentada e, ainda, em período de retração fecham as suas portas ao “selecionar” as novas entradas e abrem bem os olhos para a imigração clandestina. (Stalker, 1994)

Feitas as considerações acima, com o texto busca-se recuperar alguns aspectos do processo de mudanças na legislação canadense, particularmente aquelas direcionadas ao controle das entradas de novos imigrantes, uma vez que o Canadá é um país que abre ou fecha as possibilidades para a entrada de imigrantes con-

Tabela 1 - População e Crescimento

Período	Crescimento Populacional Total	Nascimentos	Mortes	Migração	Emigração	População de acordo com o Censo, ao final do período
						(milhares)
1941 -	2141	3186	1214	548	379	13.648
1951-1956	2071	2106	633	783	185	16.081
1956-1961	2157	2362	687	760	278	18.238
1961-1966	1777	2249	731	539	280	20.015
1966-	1553	1856	766	890	427	21.568
1971-1976	1488	1755	824	1053	496	23.550
1976-1981	1371	1820	843	771	377	24.820
1981-1986	1280	1872	885	677	384	26.101
1986-1991	1930	1933	946	1189	256	28.031
1991-1996	1641	1936	1027	1170	480	29.672

Fonte: Statistics Canada, Demography Division

forme as circunstâncias econômicas, resultando em variações cíclicas. As leis de imigração são de competência do Governo Federal, e todos os indivíduos que pretendam entrar no país estão sujeitos a um exame feito por um oficial federal. Ou seja, apesar de o país se colocar amplamente favorável à entrada de novos imigrantes e à manutenção de traços culturais diversos - a difundida multiculturalidade, a mesma porta de entrada também comporta um controle sistemático, o que de certa maneira contribui, aparentemente, para um número pouco expressivo de imigrantes ilegais morando no país. Por outro lado, o Canadá também apresenta níveis representativos de emigração, decorrentes do retorno de imigrantes para os seus países de origem e da transferência de canadenses para os Estados Unidos, em especial. (Stalker, 1994)

IMIGRAÇÃO E MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

O Canadá, a partir da década de 40, passou a apresentar maior dinamização da sua economia que, aliada a programas sociais de governo (tais como ajuda de custo às famílias, aposentadoria, assistência e seguro-desemprego), contribuiu para um alto padrão de qualidade de vida, o qual tem sido destacado no relatório de desenvolvimento do Banco Mundial por anos consecutivos. No período posterior à Se-

gunda Guerra Mundial dois grandes fluxos de origem européia destacaram-se em direção àquele país: italiano e português. Aos mesmos, hoje, somam-se imigrantes de diferentes partes do mundo, desde os asiáticos aos "latinos".

A partir dos dados da tabela 1, apresentada acima, é possível observar que a imigração é contínua, embora em alguns períodos ocorra uma redução, decorrente de ações de governo para limitar novas entradas, conforme explicitado anteriormente.

Através da mesma tabela, pode-se observar números decrescentes de nascimentos até o ano de 1976 e, posteriormente, um crescimento. Através de entrevistas realizadas com imigrantes brasileiros na cidade de Toronto foi possível identificar que pessoas sentem-se estimuladas a terem filhos, uma vez que o governo desenvolve uma política de assistência à infância, muito próxima de uma "política de incentivo à natalidade".

Aos dados da tabela acima deverão ser acrescentadas as projeções populacionais para os três anos subsequentes, a saber: 29.987 em 1997; 30.246 em 1998; 30.491 em 1999. A população do país está concentrada nas cidades, nas quais encontra-se distribuída 77% do total da sua população (grau de urbanização). Do conjunto de cidades, destacam-se como áreas mais populosas Toronto, Montreal, Vancouver, Ottawa e Edmont, sendo que as três pri-

meiras concentram cerca de 31% da população do país. Toronto, localizada na Província de Ontário e destino do maior número dos imigrantes brasileiros no Canadá, apresenta uma economia moderna e dinâmica. No país, segundo o Censo de 1996, os imigrantes brasileiros somavam 6.520, dos quais 3.519 residiam na Província de Ontário e 2.515 em Toronto (em 1991, nesta última, eram 1.275). Esses números poderão ser acrescidos, quando consideradas as permanências não documentadas. (Statistics Canada, 1996)

Do conjunto de reformulações feitas com as regulamentações de 1962 e 1967, certamente a redução dos privilégios concedidos aos europeus e a vinculação da imigração às necessidades de trabalho são as mais importantes e impactantes. A partir de então, os candidatos a imigrantes no Canadá devem se enquadrar em três grandes grupos: os membros de família, os refugiados e os demais: os chamados "independentes". Com elas, mudaram os números e respectivas origens dos imigrantes no país, como podemos observar na tabela 2, a seguir.

Até 1960, do conjunto de imigrantes no Canadá, 90,4% eram europeus e os com origem na América do Sul e Central, África e Oceania, tomados isoladamente, sequer chegavam a 1,0%. A Ásia, atualmente região de origem de 1,5 milhões de imigrantes, até então contribuía com apenas 3% do total. Assim, de um fluxo inicial-

mente europeu e mais especificamente britânico, a imigração canadense passou a comportar, cada vez mais, imigrantes da Ásia e de países em desenvolvimento de outras partes do mundo. Hoje, mais de 60% da imigração com destino ao Canadá tem origem no Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Oriente Médio e África. Entretanto, as mudanças no equilíbrio étnico da população, decorrentes da participação maior desses novos grupos de imigrantes, mesmo que amplamente divulgadas, particularmente pelos que defendem um conjunto de medidas para barrar as novas entradas, ainda não surtiram os impactos anunciados. Em 1991, quando os imigrantes representavam cerca de 16% da população, pelo menos 45% dos canadenses consideravam-se de origem britânica ou mistura de britânica e outra nacionalidade; 25% se diziam de origem francesa; 15% com origem em outros países da Europa; africanas e asiáticas chegavam apenas a 6% da população. (Stalker, 1994)

A associação dos imigrantes a uma possível mudança na composição étnica da população do país, portanto, constitui-se em um dos argumentos usados para pressionar o governo a limitar novas entradas. A esse argumento somam-se outros, especialmente aqueles relativos ao custo so-

cial dos imigrantes no novo país, sempre com o mesmo objetivo: limitar as entradas de novos imigrantes. Argumentos como esses e pressões de grupos levaram o governo canadense a adotar, em 1973, novas medidas e a aumentar o controle das entradas, que resultaram na queda do número anual de imigrantes de 250 mil para 90 mil entre 1973 e 1983.

Em 1985 uma decisão da Suprema Corte, determinando ouvir todos que procuram asilo no Canadá, contribuiu para o aumento dos pedidos de refúgio e, assim, frente a uma lista de espera de 63 mil pessoas, o governo decidiu conceder anistia aos proponentes que não estivessem envolvidos em atividades criminais e pudessem passar por um exame. Os pedidos de asilo político, que em 1980 foram de 1.800, passaram para 25.000 em 1987, e certamente para isso contribuiu a definição de uma política liberal para os refugiados, uma vez que o Canadá, além de assinar a Convenção de Genebra para os refugiados, tem sua própria política, que reafirma princípios humanistas. Tais pedidos são examinados por uma comissão especial e, no período em que são analisados, o solicitante goza dos direitos comuns de um imigrante. Os imigrantes da Polônia e Sri Lanka, por exemplo, estão incluídos basicamente na

categoria de refugiados. (Berthelot, 1991)

As pressões para limitar o número de entradas, no entanto, ocorrem de forma sistemática. O Canadá, como outros países em tempos de recessão, enfrenta resistência popular frente a chegada de novos imigrantes. Segundo uma pesquisa realizada em 1992, quando a economia do país vivia um período recessivo e o desemprego era expressivo, 40% dos canadenses manifestaram que seu país admitia imigrantes demais. No final de 92, uma nova legislação foi introduzida para tentar diminuir as admissões de refugiados, o que se somou a outras mudanças com o objetivo de alterar a seleção e o recrutamento dos imigrantes em potencial. (Stalker, 1994)

Uma emenda ao "Immigration Act", aprovada em janeiro de 1993, deu início a uma nova dinâmica na imigração, com profundas alterações nas políticas de seleção e recrutamento de imigrantes potenciais, a partir de três situações definidas. A primeira delas, a "corrente um", abrange família imediata de cidadãos canadenses e residentes permanentes, refugiados reconhecidos pelas convenções internacionais e investidores; a "corrente dois" inclui pais e avós de cidadãos canadenses ou residentes permanentes, refugiados de governos ou privados, trabalhadores independentes com

Tabela 2 - População imigrante por local de nascimento, mostrando o período de imigração antes de 1961

Local de nascimento	População Imigrante	Período da Imigração	
		Antes de 1961	Percentual
Total	4.971.070	1.054.930	100.0
Estados Unidos	244.695	45.050	4.3
Américas do Sul e Central	273.820	6.370	0.6
Caribe e Bermudas	279.405	8.390	0.8
Europa	2.332.060	953.360	90.4
Reino Unido	655.540	265.580	25.3
Outros países da Europa do Norte	514.310	284.205	26.9
Europa Oriental	447.830	175.430	16.6
Sul da Europa	714.380	228.145	21.6
África	229.300	4.945	0.5
Ásia	1.562.770	32.580	3.1
Ásia Central/Ocidental e Oriente Médio	210.850	4.975	0.5
Leste da Ásia	589.420	20.555	1.9
Sudeste Asiático	408.985	2.485	0.2
Sul da Ásia	353.515	4.565	0.4
Oceania e Outros	49.025	4.250	0.4

Fonte: Statistics Canada. Census, 1996

ofertas de emprego aprovadas, autônomos, babás e empregados domésticos e classes designadas (programas especiais para países em guerra civil ou catástrofes naturais, por exemplo); da “corrente três” fazem parte os imigrantes independentes sem permissão de trabalho e empreendedores (“entrepreneurs”). O independente passará por uma seleção, através da qual deverá ter pelo menos 70 pontos de um total possível de 100. A seleção inclui, entre outros aspectos, o grau de escolaridade (podendo ganhar até 12 pontos), idade (até 10 pontos), conhecimento de inglês e francês (10 pontos) e profissão, a qual, dependendo das necessidades e demanda ocupacional no Canadá, permitirá ao proponente até 15 pontos. (Segal, 1996)

Especificamente no que se refere ao processo de imigração para Quebec, cabe esclarecer que o mesmo está subordinado a algumas questões específicas para essa província. Em fevereiro de 1978 foi assinado um acordo de regulação da migração permanente e temporária para Quebec. Este acordo estabelece uma política geral que subordina a migração para a Província à contribuição da herança cultural e social, considerando-se a herança francesa. Resultante disto foi o estabelecimento, por parte do Governo Provincial de Quebec, de regras específicas cuja pontuação e lista de demanda de empregos da imigração obedece aos interesses locais. (Segal, 1996)

Em linhas gerais, hoje, uma pessoa que deseje imigrar para o Canadá deverá se enquadrar em uma das seguintes possibilidades: ter parentes morando no país que se comprometam pela assistência financeira; ter experiência mínima de 1 ano em uma ocupação necessária (com demanda); ter condições e experiência para abrir um negócio próprio e investir no Canadá ou, finalmente, ser considerado um refugiado. Os independentes – trabalhadores qualificados ou assistidos por parentes no Canadá, empresários, investidores e outros profissionais – deverão se submeter ao sistema de pontuação. Na classe “família”, o parente próximo no Canadá (cônjuge, noivo, filhos, pais ou avós) deverá ter no mínimo 19 anos de idade e ser canadense ou residente permanente. Através do Consulado não é possível realizar avaliação in-

formal, apenas através de um endereço na Internet. Os processos na categoria independentes demoram em média entre 6 a 7 meses.² Ou seja, apesar de uma política favorável aos refugiados e da designação de uma cota anual de novas entradas de imigrantes, a legislação canadense se mostra bastante polêmica, principalmente porque possibilita um acentuado controle pelo governo sobre os indivíduos. A crítica recai no desacordo de tal legislação com a Carta Canadense de Direitos e Liberdades, que garante liberdade de movimento ao cidadãos canadenses e residentes permanentes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Conforme pode-se constatar ao longo do texto, a imigração no Canadá é um processo contínuo, destacando-se um expressivo controle para a entrada de imigrantes, cujas cotas de entradas definidas e a aceitação dos mesmos vinculam-se à dinâmica econômica e às necessidades de trabalho. O país, a exemplo de outros, em períodos de recessão enfrenta resistência popular à chegada de novos imigrantes. Uma pesquisa, em 1992, demonstrou que mais de 40% dos canadenses achavam que seu país admitia muitos imigrantes. (Stalker, 1994)

As pressões para limitar o número de entradas têm se ampliado nos últimos anos, principalmente em decorrência da reestruturação produtiva e o desemprego a ela associado, como também em decorrência da reforma do Estado e restrições das políticas sociais. As políticas de imigração são definidas e redefinidas, a partir de pressões de segmentos da sociedade e da dinâmica sócio-econômica do país.

Do conjunto de reformulações apresentado, cabe reafirmar a associação da imigração ao trabalho e à redução dos privilégios concedidos aos imigrantes europeus, aumentando as chances de entrada de imigrantes com origens em outras áreas e ampliando, dessa forma, os grupos étnicos em um país no qual se destaca a multiculturalidade como um traço característico. Ao mesmo tempo, quando considerada a redução dos postos de trabalho e a configuração de um mercado de trabalho cada vez mais especializado, pode-se afirmar que a imigração no Canadá tem se reafirmado cada vez mais seletiva.

* Soraia Maria do S. C. Vidal é Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP; Profª do Programa de Mestrado em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos/UNISANTOS.

NOTAS

1. Este texto é uma adaptação de um dos capítulos da tese de doutorado “Brasileiros no Canadá: a descoberta de novos caminhos”, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP.

2. Informações obtidas no mês de junho de 2000, no site www.cic.gc.ca. Neste endereço é possível fazer uma consulta informal e verificar as chances de entrar no Canadá na condição de imigrante.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, Thomas R.
(1987) *Immigrant and native workers: contrasts and competition*. Boulder, Colorado, Westview Press.
- BERTHELOT, Jocelyn
(1991) *Apprendre à Vivre Ensemble: Immigration, Société et Éducation*. Québec: Editions Sain Martin.
- CANADA
(1995) *Citizenship and Immigration Statistics*.
- CANADA/Statistics Canada
(1996) *Census*, Endereço eletrônico: www.statcan.ca/
- ENZENSBERGER, Magnus Hans
(1993) “O Vagão Humano”. In: *Reflexões para o Futuro, Veja 25 anos*. São Paulo, Editora Abril.
- MACDONALD, Norman
(1970) *Canada-immigration and colonization, 1841-1903*. Toronto: Macmillan of Canada.
- RICHMOND, Anthony H. RICHMOND, Anthony H.
(.....) “Immigration and structuralchange: the canadian experience, 1971 – 1986”. In: *IMR*, volume XXV, nº 1, pp. 167-175.
- SEGAL, Gary L.
(1996) *Immigrating to Canada*. Canadian Cataloguing in Publication Data. First edition: July 1974; Reprinted: August 1996.
- STALKER, Peter
(1994) *The Works of Strangers: A survey of international labour migration*. Geneva, International Labour Office.

RELAÇÃO DE SITES CONSULTADOS

- www.cic.gc.ca (Informações sobre o Canadá)
- cicnet.ci.gc.ca (Canadá)
- www.statcan.ca/ (Estatísticas do Canadá)
- www.difait-maeci.gc.ca/brazil/saopaulo/sp-menu-p.html (Consulado Geral do Canadá em São Paulo)
- www.uni.edu/~krueger/canada.html (endereços de links em português no Canadá)

MULHERES DA SECA: Luta e visibilidade numa situação de desastre

Adélia de Melo Branco

(2000) Ed. da UFPB, João Pessoa, 220 p.

(em duas versões: português e inglês)

Partindo da realidade do semi-árido do Nordeste brasileiro, a autora estuda as estratégias da mulher dessa região para enfrentar a penúria. O foco do trabalho não é a seca propriamente dita, tampouco a migração, mas a relação entre a migração e a não-migração das mulheres no contexto da seca e a transformação que elas vivenciam na busca de medidas para mitigar tal desastre. Enquanto processo migratório, o estudo aborda o fluxo de mulheres para a região de Petrolina, em Pernambuco, onde passam a trabalhar, sobretudo como trabalhadoras rurais na fruticultura irrigada.

PORTUGAL - BRASIL: migrações e migrantes, 1850-1930

Maria Beatriz Rocha-Trindade e Domingos Caeiro

(2000) INAPA, Lisboa, 192 p.

Retrata a história da migração portuguesa para o Brasil entre 1850 e 1930. Apresenta um quadro das muitas expressões visíveis da relação entre Brasil e Portugal, na virada do século XIX, procurando privilegiar igualmente os dois lados do Atlântico. Além do testemunho daqueles que viveram esse processo, este trabalho tem como fontes os meios de comunicação da época, sobretudo os jornais. Trata-se de livro amplamente ilustrado com fotos e gravuras.

VADIOS E CIGANOS, HERÉTICOS E BRUXAS:

Os degredados no Brasil Colônia

Geraldo Pieroni

(2000) Bertrand Brasil / Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 136 p.

Oferece informações sobre aspectos diversos de funcionamento do degredo no Brasil colonial, especialmente sobre o ocorrido durante o século XVI e início do século XVII - aspectos como legislação referente ao assunto, os tribunais leigos, a inquisição, os vários procedimentos quanto aos degredados, desde o julgamento até o envio ao Brasil, as reações das autoridades civis e religiosas, etc. O livro traz vários estudos de caso.

MEMÓRIA DOS FESTIVAIS DE MIGRANTES

SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes

(2001) SPM, São Paulo, 46 p.

Livreto que reúne as canções e poesias premiadas nos seis festivais de Música e Poesia do Migrante, organizados pelo SPM, desde 1987 até 1999.

TENDANCES DES MIGRATIONS INTERNATIONALES

SOPEMI - Système d'observation Permanente des Migrations

(2000) OCDE/SOPEMI, Paris, 395 p.

Esta obra apresenta uma análise ampla das tendências recentes dos movimentos e das políticas migratórias no conjunto dos países da OCDE e em alguns países não-membros. O estudo sublinha a importância da imigração no crescimento da população total e ativa, assim como as mudanças ocorridas na distribuição setorial do emprego para estrangeiros. Coloca, entre outras, a questão da utilidade da imigração para atenuar os efeitos do envelhecimento da população e da falta de trabalhadores em setores qualificados.

RÉFUGIÉS ET EXILÉS: Crise des sociétés, crise des territoires

Luc Cambrésy

(2001) Ed. des Archives Contemporaines, Paris, 216 p.

Este ensaio é uma contribuição à análise da relação entre as sociedades humanas e seu espaço de vida, seu território. Toma como ponto de partida aquelas pessoas que, por várias razões e por um período indeterminado, foram expulsas de sua região ou país de origem - os refugiados e deslocados. A partir da literatura sobre a ação humanitária e daquela sobre ciências políticas, o autor chama a atenção de como a análise da crise humanitária aparece desvinculada da problemática do território. A partir da complexidade dessas questões, também aborda os confrontos ideológicos e étnicos atuais, o polêmico dever de ingerência em meio às contradições da globalização, o conceito de nação, etc...

NATIONS, FRONTIÈRES ET IMMIGRATION EN EUROPE

Catherine Neveu (org.)

(1995) CIEMI/L'Harmattan, Paris, 249 p.

Resultado de um seminário organizado pelo Instituto Universitário Europeu (Florença/Itália), esta obra, através da confrontação de diferentes pontos de vista, busca problematizar alguns dos debates cruciais sobre a imigração na Europa: abordagem crítica das análises culturalistas, principalmente sobre etnicidade; avaliação do papel das "sociedades dominantes" e da centralidade das relações de poder; a questão nacional; o racismo e a discriminação

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Título: Evitar títulos longos. Lembre-se, trata-se de artigo para revista e não dissertação e/ou tese.
- * Tamanho: 350 linhas, fonte Times, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço postal, e-mail e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências Bibliográficas: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

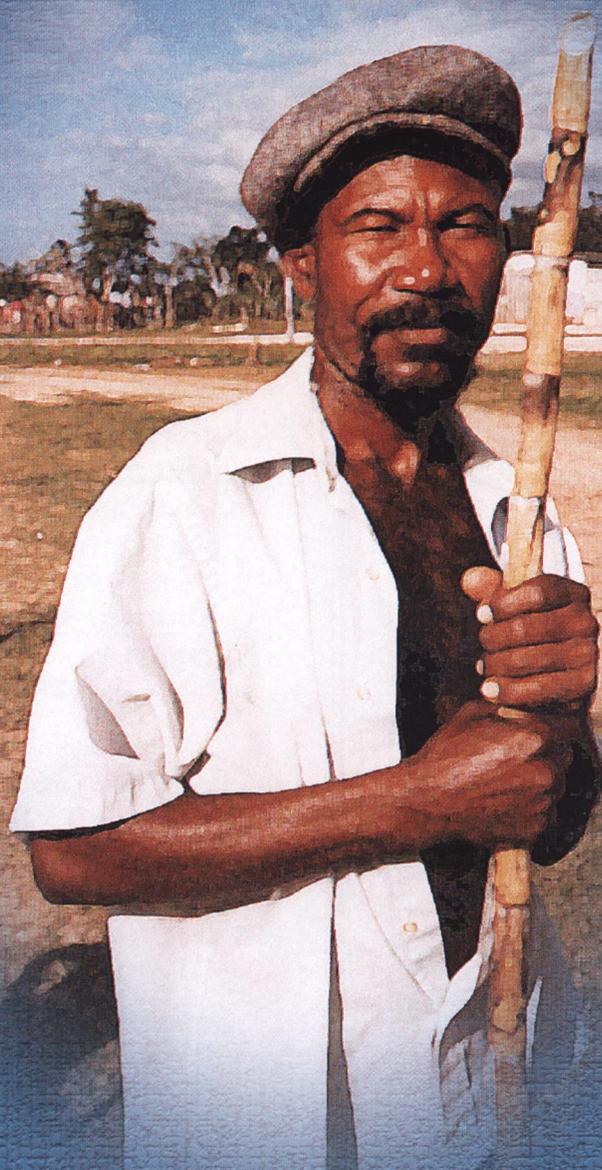
PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA
Nº 42
LINGUAGENS E SÍMBOLOS
(Jan-Abr/02)
Prazo para envio dos artigos:
(15/04/02)

TRAVESSIA
Nº 43
OS MIGRANTES NA IMPRENSA E NA LITERATURA
(Mai-Ago/02)
Prazo para envio dos artigos:
(24/05/02)

TRAVESSIA
Nº 44
ETNIA
(Set-Dez/02)
Prazo para envio dos artigos:
(31/08/02)

Nº 45 - "FLEXIBILIDADE"
Nº 46 - SAGRADO



**Não Perca o Contato com o CEM
Veja o que mudou**

Nova Home Page: www.cemsp.com.br

Novo e-mail: cemsp@cemsp.com.br

Novo Prefixo telefônico:

Fone: (11) 3208.6227 Fax, 3208-2284

